

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

Resolução



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Reorganizado e reestruturado pela Lei Municipal nº 617, de 27 de maio de 2015
Teodoro Sampaio – Estado da Bahia
cmdacats@hotmail.com / (75) 3237-2014

RESOLUÇÃO Nº 003, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018

Aprova o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo do Município de Teodoro Sampaio - BA (2018-2027).

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE TEODORO SAMPAIO, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e à vista da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e da Lei Municipal nº 617, de 27 de maio de 2015, que trata da Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho Tutelar e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,

considerando a Resolução nº 171, de 04 de dezembro de 2014, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que estabelece os parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal, em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e com os eixos e objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e altera os prazos dispostos na Resolução nº 161, de 03 de dezembro de 2013;

considerando o Decreto Municipal nº 03, de 09 de março de 2018, que instituiu a Comissão Intersetorial responsável pela elaboração, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo do Município de Teodoro Sampaio - BA;

considerando a Reunião Extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Teodoro Sampaio - BA realizada no dia 12 de dezembro de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo do Município de Teodoro Sampaio - BA (2018-2027), conforme constante do Anexo único desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Teodoro Sampaio - BA, 27 de dezembro de 2018.

ROQUE TELES

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO **(2018 – 2027)**

JANEIRO / 2018

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO **(2018 – 2027)**

Plano Municipal do Sistema de Atendimento Socioeducativo do Município de Teodoro Sampaio-Bahia, com execução definida para o período de dez anos (2018-2027).

JANEIRO / 2018

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio – Bahia

José Alves da Cruz
Prefeito

Evilásio Magalhães Vieira
Vice-Prefeito

Secretaria Municipal de Assistência Social

Lineize Adine dos Santos Santiago
Secretária

Elaboração do Plano

Kelly Rosane Oliveira
Assistente Social – CRESS/BA nº6561

Silvana Gonçalves Silva
Assistente Social – CRESS/BA nº6549

Evilásio Magalhães Vieira
Revisor

Comissão Intersetorial de Construção do PMASE

Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social

Maria Neuza Santos Souza

Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Virgínia Lúcia Gonçalves Valente

Representante da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo

Jadilson Santos de Jesus

**Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola,
Econômico e Meio Ambiente**

Gabriel Ernesto Falceta

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Representante da Secretaria Municipal de Saúde

Marilena Lúcia Santos Alves

**Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do
Adolescente (CMDCA) Teodoro Sampaio - Bahia**

Roque Teles

Representante do Conselho Tutelar de Teodoro Sampaio - Bahia

Maria da Conceição Cruz Gomes

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

LISTA DE SIGLAS

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CT-Conselho Tutelar
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
LA - Liberdade Assistida
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MSE - Medida Socioeducativa
PSC - Prestação de Serviço à Comunidade
PIA - Plano Individual de Atendimento
SEDUC - Secretaria de Estado da Educação
SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social
SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SIPIA - Sistema de Informação para Infância e Adolescência
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
SUS - Sistema Único de Saúde

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO	10
1. O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) E A DOUTRINA DE PROTEÇÃO INTEGRAL	12
1.1 O CONCEITO DE ATO INFRACIONAL	15
2. DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO	17
2.1 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE	18
2.2 LIBERDADE ASSISTIDA	18
3. MARCO CONCEITUAL E HISTÓRICO	19
4. REDE MUNICIPAL DE ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	20
4.1 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	20
4.2 SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	20
4.3 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-CMDCA	23
4.4 CONSELHO TUTELAR	24
4.5 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS	24
5. REDE DE SUPORTE ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	25
6. DIRETRIZES	26
7. OBJETIVOS	27
7.1 OBJETIVO GERAL	27
7.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	27
8. RESULTADOS ALMEJADOS	28
9. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES POR EIXO DE TRABALHO	29
9.1 ASSISTÊNCIA SOCIAL	29
9.2 SAÚDE	32
9.3 EDUCAÇÃO E CULTURA	34
9.4 ESPORTE E LAZER	36
9.5 DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E ECONÔMICO	38
10. PROCESSO PARTICIPATIVO	39
11. FINANCIAMENTO	41
12. MONITORAMENTO	42
REFERÊNCIAS	
ANEXOS	

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

APRESENTAÇÃO

A partir da Lei nº 12.594, de 18 de Janeiro de 2012, o governo federal instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE em todo o território nacional, surgindo à necessidade dentre os entes federados, União, Estados e Municípios de regular a execução de medidas socioeducativas e de elaborar um Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo (PMASE), voltado aos adolescentes que cometem atos infracionais, para os próximos dez anos.

A Lei Orgânica da Assistência Social, em seu art. 1º, enumera a definição da Assistência como “direito do cidadão e dever do Estado e política de Seguridade Social não contributiva”, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Assim, o município de Teodoro Sampaio-BA, porte I, compreende a importância da junção de esforços da rede intersetorial e sociedade civil para promoção de atividades de caráter preventivo para crianças, adolescentes e suas famílias a fim de conduzir suas fases de vida com base na cidadania, respeito e emancipação social.

O processo de construção do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Teodoro Sampaio-BA, teve início com a implantação de uma comissão intersetorial formada por representantes das seguintes secretarias: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Turismo; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Econômico e Meio Ambiente, Conselho Tutelar (CT) e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), formalizado por meio do Decreto Municipal nº **03/2018** publicado em 14 de março de 2018.

A metodologia foi proposta pela Secretaria Municipal de Assistência Social através da sua equipe técnica, discutida e aprovada pela comissão intersetorial.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Os trabalhos foram discurridos a partir de reuniões e planejamentos realizados internamente em cada secretaria e posteriormente em reuniões ampliadas. As reuniões tiveram início em 06 de fevereiro do corrente ano e a finalização do texto do plano está prevista para o mês de julho, ocasião em que será apresentado ao Ministério Público Estadual, sediado em de Terra Nova-BA. Este plano busca direcionar ações pertinentes ao acompanhamento de crianças, adolescentes e suas famílias desde a prevenção até o jovem que cometeu ato infracional e necessita de atendimento da rede intersetorial a fim de ressignificar seu papel na sociedade.

Compreende-se, portanto, que o PMASE 2018/2027 é um instrumento de materialização da Política de Assistência Social a partir da definição de diretrizes, objetivos, ações e metas para o período, dentro de uma ótica de planejamento a médio e longo prazo, que traga visibilidade à realidade física, humana, técnica e financeira da Assistência Social no Município de Teodoro Sampaio-BA.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

*Quando seu moço nasceu meu rebento não era o momento dele rebentar
Já foi nascendo com cara de fome, eu não tinha nem nome pra lhe dar
Como fui levando não sei lhe explicar, fui assim levando ele a me levar
E na sua meninice ele um dia me disse que chegava lá
Olha aí
Olha aí
Olha aí ai o meu guri olha aí
Olha aí
É o meu guri, e ele chega
Chega suado veloz do batente e traz sempre um presente pra me encabular
Tanta corrente de ouro seu moço que haja pescoço pra enfiar
Me trouxe uma bolsa já com tudo dentro: chave, caderneta, terço e patuá
Um lenço uma penca de documentos pra finalmente eu me identificar, olha aí
Olha aí ai o meu guri olha aí
Olha aí
É o meu guri, e ele chega
Chega no morro como carregamento, pulseira cimento relógio pneu gravador
Rezo até ele chegar lá do alto, essa onda de assalto está um horror
Eu consolo ele me consola, boto ele no colo pra ele me ninar
De repente acordo olho pro lado e o danado já foi trabalhar, olha aí
Olha aí ai o meu guri olha aí
Olha aí
É o meu guri, e ele chega
Chega estampado retrato com vendas nos olhos legendas e as iniciais
Eu não entendo essa gente seu moço fazendo alvoroço demais
Um guri no mato acho que tá rindo acho que tá lindo de papo pro ar
Desde o começo eu lhe disse seu moço ele disse que chegava lá
Olha aí
Olha aí
Olha aí ai o meu guri olha aí
Olha aí
É o meu guri!*

Música: O Meu Guri

Autor: Chico Buarque

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

INTRODUÇÃO

A proteção aos direitos de crianças e adolescentes deu-se de forma gradativa, sendo que a evolução dos direitos humanos está diretamente ligada à evolução da sociedade. Assim, conforme o progresso da sociedade, os direitos humanos também seguem a mesma linha de desenvolvimento, juntamente com os avanços da população.

A Liga das Nações, juntamente com a Organização das Nações Unidas, marcou a nova era no Direito Internacional com a Declaração dos Direitos da Criança, de Genebra, em 1924. Pela primeira vez, uma entidade internacional se posicionou definitivamente ao recomendar aos Estados filiados cuidados à própria legislação, sendo destinados a beneficiar especialmente a população infanto-juvenil. (TAVARES, 2001).

A Declaração Universal dos Direitos da Criança, adotada pela ONU em 1959, objetivava trazer mudanças nas atitudes de cada nação em relação à infância e à adolescência. Nesse sentido, apresentar proteção e cuidados especiais à criança, em decorrência de sua maturidade física e mental, inclusive proteção legal apropriada antes e depois do nascimento.

O Direito Internacional era tido como modelo para a legislação brasileira no tratamento da população infanto-juvenil, desde o tempo da Liga das Nações Unidas, como também, serviu de referência ao Código Mello Mattos, o primeiro código de menores no Brasil e pioneiro na América Latina. E como já apresentado a norte, a evolução legislativa de atendimento à infância e à juventude no Brasil até o atual Estatuto da Criança e do Adolescente se deu pelos princípios e as normas da Carta Magna.

A Constituição Brasileira, art. 227, preconiza que: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A política de garantias se materializa num sistema articulado de princípios, políticas sociais básicas (educação, saúde e assistência social) e programas especializados, destinados à proteção especial das crianças e adolescentes. A mudança neste modo de pensar o mundo infanto juvenil deve-se a um sistema de proteção integral, no qual se almeja a proteção de meninos e meninas em um sistema multiparticipativo e aberto da cidadania social.

As medidas socioeducativas são determinações dadas por autoridades competentes, Juízes das Varas da Infância e Juventude, a adolescentes que cometeram atos infracionais. No entanto, esse adolescente não ficará em regime de privação de liberdade, porém, será encaminhado para atividades e retornará para as audiências, quando necessário, onde se verificará seu desenvolvimento.

Assim, a Vara da Infância e Juventude encaminha os adolescentes para instituições que promovem cursos, acompanhamento psicológico, reinserção social, no caso de usuários de substâncias psicoativas, além de apoio à família. O Município de Teodoro Sampaio por se constituir de Porte I, ou seja, até 20.000 habitantes e não possuir porte para Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, busca-se abarcar ações pela Proteção Social Básica e demais equipamentos da rede intersetorial, por meio de intervenções preventivas.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

1. O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) E A DOUTRINA DE PROTEÇÃO INTEGRAL

Observando-se os conceitos de infância e criança enquanto construções históricas, pode-se verificar a historicidade da luta dos direitos para essas categorias sociais. Segundo Natália Fernandes Soares, pesquisadora do Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, Portugal, não havia o reconhecimento dos direitos e das necessidades das crianças, pois estas eram subjugadas pelo poder sem limites dos pais, estando em condições de ser ignoradas, abandonadas, abusadas, vendidas ou até mesmo mutiladas.

A condição da criança na sociedade e sua separação do mundo, gradualmente, serão modificadas a partir do século XVI: É a partir do século XVI que se iniciam as mudanças mais significativas, que viriam a alterar a posição e estatuto das crianças relativamente aos adultos. Atitudes associadas à sobrevivência, proteção e educação das crianças e adolescentes, que, gradualmente se foram fortalecendo durante os séculos XVII e XVIII, começaram a permitir delinear um espaço social especial destinado às crianças, no qual é já possível salvaguardar algumas das suas necessidades e direitos. (Soares, 1997, p.78).

Segundo Marcílio (1998, p.47), a origem e o desenvolvimento do processo de criação dos Direitos da Criança iniciam-se nos séculos XVII e XVIII com a formulação dos Direitos Naturais do Homem e do Cidadão, sucedida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. No século XIX, as crianças e adolescentes são acompanhados como sujeito de direitos.

O Surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 é considerado um marco histórico na ótica cronológica da garantia dos direitos e proteção para a infância, adolescência e juventude no cenário brasileiro. No art. 4º do ECA são definidas crianças e os adolescentes como sujeitos de direito, sendo-lhes garantida a proteção integral. Conforme o art. 4º é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária.

A proteção além dos aspectos básicos, como alimentação, moradia e demais recursos materiais, concerne o direito à convivência familiar, a liberdade de ir e vir, ao acesso prioritário as políticas públicas desde a concepção. O enfoque para a infância e a adolescência se constitui em virtude das características biopsicossocial da população, que se encontra em crescimento e desenvolvimento, bem como, estão vulneráveis às situações de violência que ocorrem tanto na família, na escola e na comunidade em que vivem. Deste modo, dependem da proteção dos adultos, das instituições e das políticas públicas.

A violência vivenciada na sociedade contemporânea atinge todos os segmentos sociais e perpassa todas as instituições. Atos de violência têm sido banalizados pela mídia, que é uma importante instituição para a formação de opinião pública na contemporaneidade. Segundo Maria Lúcia Karan (1993), a visão de que a criminalidade convencional se define como violência leva a população a naturalizar outras formas de violência institucionalizadas no interior da sociedade, o que direciona a reproduzir que a única solução para a violência é a privação de liberdade.

A violência associada à criminalidade, de uma forma ou de outra, afeta a vida das pessoas e tem causas e consequências bastante complexas, principalmente nas situações envolvendo crianças e adolescentes. Embora tal quadro seja conhecido pelos profissionais que atuam em políticas sociais, na sociedade em geral predomina o entendimento das questões sociais sem a devida contextualização dos fatores que causam a violência, sejam sociais, econômicos e culturais.

A perspectiva do senso comum sempre esteve fundada na premissa de que atos infracionais praticados por adolescentes representam uma das principais causas da violência na sociedade. Este raciocínio desconsidera a proporção dos atos infracionais cometidos por adolescentes em relação ao fenômeno total da violência, como também o fato de suas trajetórias serem usualmente marcadas por violações de direitos.

Existe na sociedade o entendimento de que a segregação e o confinamento dos adolescentes infratores diminuirão os índices de violência. A associação do crime à figura

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

de adolescentes, inclusive no papel de protagonistas não encontra respaldo nos levantamentos e estudos sobre a violência. A relação direta entre adolescentes e atos de violência é permeada por preconceitos e sustentada por informações inconsistentes.

A mídia sempre sugere a ideia de que é cada vez maior o envolvimento de adolescentes na prática de atos infracionais revestidos de grande violência.

A ação socioeducativa deve estar pautada numa construção coletiva, da mesma, contemplando os (as) jovens e adolescentes em suas dimensões motoras, cognitivas, relacionais, afetivas, éticas, simbólicas, culturais e estéticas, sem discriminação étnico-racial, gênero, orientação sexual e/ou religião. No processo do acompanhamento aos jovens e adolescentes no que tange à medida socioeducativa devem ser considerados os seguintes passos:

O Plano individual do adolescente, PIA, deve ser planejado de acordo previsto no SINASE. É construído de forma compartilhada, envolvendo os (as) adolescentes e os (as), a família e profissionais. O mesmo norteará todas as ações que envolvam o processo de cumprimento de medidas socioeducativas quando houver;

A elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) constitui-se numa importante ferramenta no acompanhamento da evolução pessoal e social dos jovens e adolescentes e na conquista de metas e compromissos pactuados com os mesmos e com sua família durante o cumprimento da medida socioeducativa. De acordo com Miotto (2001) *apud* Albino (2013, p. 25): O ato infracional pode se constituir em uma das diversas formas de expressão da questão social, não podendo ser visto de forma isolada ou fragmentada. Desse modo, o adolescente em conflito com a lei, precisa ser compreendido como agente do seu contexto social, o qual é participante de uma rede de relações, convivendo com experiências que vão edificando sua subjetividade.

Ressalta-se que, a elaboração de um plano decenal em âmbito municipal é de suma importância para articular ações proporcionando um acompanhamento continuado de crianças e adolescentes e suas famílias acrescentando estratégias de enfrentamento as condições de vida atuais e sistematizando o preconizado nas políticas públicas de garantia de direitos, promovendo também educação continuada para os agentes contribuidores da emancipação social.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

1.1 O CONCEITO DE ATO INFRACIONAL

Conforme o princípio da legalidade, a definição de ato infracional, remete-se a conduta descrita como crime, está diretamente relacionada à atribuição da pena pelo direito penal comum. Resulta claro e evidente que a existência do ato infracional se restringe às hipóteses legais aptas a sancionar o adulto.

Assim, adotou-se, portanto, técnica de tipificação delegada, pois tudo o que é considerado crime para o adulto também é em igual medida considerado para o adolescente. Ao adolescente, no entanto, imputa-se a mesma responsabilidade em face do crime ou da contravenção penal, em que pesem as diferenças substantivas entre essas duas espécies de delito.

A conduta praticada pelo adolescente somente se configurará como ato infracional se, e somente se, contiver os mesmos aspectos definitórios da infração penal. Por conseguinte, o critério de identificação dos fatos de relevância infracional é a própria pena criminal, o que implica que a definição de ato infracional está inteiramente condicionada ao Princípio da Legalidade. Resulta que o ato infracional somente existe se houver figura típica que o preveja. O ambíguo desvio de conduta, que no Código de Menores sustentava-se sob a égide do art.2º, não é mais suficiente para legitimar o exercício do poder punitivo sobre adolescentes.

Segundo expressa Saraiva 2009 exclui-se, no modelo de responsabilidade atual, a ideia do ambíguo “desvio de conduta”; vazio de conteúdo típico, a imposição de uma medida socioeducativa somente é admitida, portanto, se a conduta atribuída ao adolescente corresponder a uma das condutas típicas extraídas do ordenamento penal positivo. Ao lado do princípio da legalidade, observa-se a incidência da tipicidade como limite da intervenção penal sobre adolescentes. O ato infracional só existe na estrita demonstração da prática de uma figura típica, de fato penalmente típico, ou seja, da exata correspondência entre o agir do adolescente e a descrição contida na lei penal incriminadora. Portanto, a conduta do adolescente configura ato infracional quando possui tipicidade. Sendo a tipicidade corolário do princípio da legalidade, César Roberto Bittencourt em seu Tratado de Direito Penal, reforça ainda que o tipo exerce função

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

limitadora e individualizadora de condutas humanas penalmente relevantes. É a relevância penal decorrente da previsão típica do ato infracional que autoriza a imposição de uma medida socioeducativa como resposta quando haveria a pena criminal para o adulto.

O Princípio da Condição Peculiar de Pessoa em Desenvolvimento que reconhece crianças e adolescentes como pessoas em desenvolvimento está elencado no art. 6º do Estatuto da Criança e do Adolescente: “Na interpretação desta Lei, levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se destina, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.” Seu significado é importante, pois, supera a categoria da menoridade, e, por conseguinte, a desqualificação de crianças e adolescentes como seres inferiores. E a dignidade por sua vez, exige a titularidade de direitos e deveres. Outro aspecto relevante refere-se à proibição de cumprimento de medidas socioeducativas em estabelecimentos destinados aos adultos.

A condição peculiar de desenvolvimento dos adolescentes é o princípio que fundamenta essa distinção acerca dos equipamentos adequados para a execução das sanções quando o sancionado é menor de 18 anos de idade. A Constituição Federal, no art. 5º, inciso XLVIII, expressa: “A pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado”.

Por fim, de modo que não nos reste dúvidas sobre as implicações práticas do princípio da condição peculiar de desenvolvimento dos adolescentes, em face do poder punitivo do Estado, é importante recuperar o que prescrevem os documentos internacionais: “O princípio do Melhor Interesse do Adolescente”.

O segundo princípio especial do Direito Penal Juvenil é o do Melhor Interesse da Criança e do Adolescente, presente na normativa geral da infância e juventude e que no campo da imposição das medidas socioeducativas tem por escopo atenuar restrições de direitos que são próprias do sistema penal comum. Se a medida socioeducativa representa uma resposta penal que restringe direitos, deve reduzir-se ao mínimo possível. A integração do princípio às demais garantias penais e processuais somente pode ser bem-sucedida na medida em que ambos funcionem como limitação à

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

pretensão punitiva do Estado. Concretamente, essas limitações devem impedir a imposição de medidas abusivas e evitar os efeitos negativos decorrentes da aplicação das medidas, especialmente das privativas da liberdade. Parafraseando Miguel Cillero: “A questão das reações ante a delinquência juvenil não é um assunto que se possa resolver exclusivamente a partir da teoria do direito penal e seus limites, e sim deve ser abordada numa perspectiva jurídica, social e política ampla.”

2. DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO

Entendendo que as políticas socioeducativas integram o Sistema de Garantia de Direitos, embora possuam um lugar limitado em razão da natureza sancionatória e da finalidade preventiva que as caracterizam, seus programas terão de observar as mesmas regras gerais que valem para todas as modalidades de políticas dirigidas à infância e adolescência, além de contemplar outras específicas aos seus objetivos. Enumera-se um exemplo ilustrativo, a necessidade de integração operacional com as áreas da justiça, segurança pública, Ministério Público e Defensorias Públicas, conforme dispõe o art. 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

A política socioeducativa possui algumas peculiaridades que não podem ser desconsideradas. Destina-se ao indivíduo adolescente e corresponde ao conjunto de ações que, realizadas no âmbito do poder público, dirigem-se ao adolescente que tenha praticado um ato infracional. Assim, as medidas socioeducativas e seus respectivos programas de execução destinam-se a adolescentes que tenham infringido a lei, e não a todos os adolescentes, porque a medida socioeducativa é a resposta sancionatória do Estado quando o autor de um delito é adolescente. Nesse sentido, ela representa uma sanção jurídico-penal que cumpre, tal qual outras sanções, o papel de controle social. Desta forma, ela busca minimizar a prática de novos atos infracionais e, ao mesmo tempo, diminuir a vulnerabilidade do sujeito autor de ato infracional ao sistema tradicional de controle.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

2.1 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE

A medida de Prestação de Serviços à Comunidade, art. 117 do Estatuto da Criança e do Adolescente, tem como dimensão a responsabilização de natureza socioeducativa do adolescente pela oferta de alternativas, que estimulem sua presença na sociedade de forma criativa e construtiva.

O Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto deverá identificar no município os locais de prestação de serviços, a exemplo de: entidades sociais, hospitais, escolas, programas comunitários ou outros serviços governamentais. A Prestação dos Serviços terá jornada máxima de 8 horas semanais, podendo ser executado aos sábados e domingos, ou dias de semana, sem prejuízo da escola ou trabalho, em tarefas gratuitas de interesse geral. A inserção do adolescente em qualquer dessas alternativas deve ser compatível com suas aptidões e favorecedora de seu desenvolvimento pessoal e social.

2.2 LIBERDADE ASSISTIDA

A Liberdade Assistida é considerada, segundo Antônio Carlos Gomes da Costa, a “**rainha das medidas**”; enquanto regime de atendimento essa modalidade de ação socioeducativa é a mais articulada e consequente das abordagens, na maioria dos casos de cometimento de ato infracional pelos adolescentes. O prazo mínimo de aplicação é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogada, substituída por medida mais severa ou mais branda, além de ser bastante utilizada como progressão da medida de Privação de Liberdade.

Segundo o art. 118 do ECA, a Liberdade Assistida será adotada sempre que se configurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o jovem, tendo como objetivo estabelecer um processo de acompanhamento, auxílio e orientação ao mesmo, tendo prazo mínimo de seis meses, podendo ser prorrogado, revogado ou substituído a qualquer tempo. Suas ações devem estar estruturadas com ênfase na vida social do adolescente (família, escola, trabalho, profissionalização e comunidade), possibilitando o estabelecimento de relações positivas que é à base de

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

sustentação do processo de inclusão social.

Sendo o poder público responsável pela formulação de instrumentos legais para garantir esses direitos e propor ações preventivas e protetivas.

3. MARCO CONCEITUAL E HISTÓRICO

Teodoro Sampaio Bahia – BA

Histórico

O povoamento do território deste município iniciou-se na metade do século XVII por portugueses que ali se estabeleceram, instalando engenhos e desenvolvendo a cana de açúcar. Em uma fazenda ali estabelecida, de nome Catuiçara, construiu-se em 1718 a capela de Nossa Senhora da Ajuda do Bom Jardim, elevada à freguesia com a denominação de Bom Jardim, tendo em volta dela se formado o povoado com o nome de Catuiçara. Em função da agropecuária o arraial se desenvolveu e em 1850 foi construída a primeira usina de açúcar do nordeste.

A decadência da cana de açúcar no Recôncavo motivou a introdução no município, da cultura do cacau híbrido e da criação de gado leiteiro. Em 1961, foi criado o município com o nome de Teodoro Sampaio, homenagem prestada ao engenheiro, geólogo, geógrafo, cartógrafo e orador, autor de vários trabalhos históricos e geográficos, possuindo como gentílico: Teodorenses.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

4. REDE MUNICIPAL DE ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A rede Socioassistencial de Teodoro Sampaio – BA é composta por um conjunto integrado de serviços, executados diretamente pela Secretaria Municipal de Assistência Social ou em parceria com entidades conveniadas que compõem de maneira integrada e articulada a rede de serviços de assistência social do município.

4.1 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Secretaria de Assistência Social executa suas ações por meio do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, que conta com cerca de 30 profissionais, neste espaço que acontecem as atividades voltadas para as famílias e indivíduos objetivando o empoderamento social.

4.2 SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

A Proteção Social Básica objetiva prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Propõe o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de vulnerabilidade apresentada.

O Centro de Referência da Assistência Social-CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social executando serviços de proteção social básica, organizando e coordenando a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social. A família é o primeiro sujeito que referencia e totaliza a proteção e a socialização dos indivíduos. Independente das múltiplas formas e desenhos que a família contemporânea apresente, ela se constitui num canal de iniciação e aprendizado dos afetos e das relações sociais.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O reconhecimento da importância da família no contexto da vida social está enumerado no art. 226, da Constituição Federal do Brasil, quando declara que a “família, base da sociedade, tem proteção do Estado”. A família se constitui como célula máster da sociedade; uma unidade cultural que reproduz a sociedade em suas dimensões objetivas e subjetivas, a qual é fundamental na transmissão de tradições espirituais, e na manutenção dos ritos e dos costumes.

A dimensão cultural da família possibilita a conservação de técnicas, patrimônios e memórias, prevalecendo na primeira educação, na repressão dos instintos e no direcionamento para a vida. Lévi Strauss afirma que a família é um microcosmo social, na qual os indivíduos podem constituir subsistemas que possuem diferentes níveis de poder e se articulam com dimensões culturais, religiosas e econômicas. Na dimensão formal da lei, a Constituição Federal Brasileira de 1988 representou um avanço no que diz respeito ao conceito de família, nessa direção o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) corrobora com o que está representado.

Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS n 109-2009) o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território.

Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Os serviços oferecidos para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos tem por foco a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária. As intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. Inclui crianças e adolescentes com deficiência, retirados do trabalho infantil ou submetidos a outras violações, cujas atividades contribuem para ressignificar vivências de isolamento e de violação de direitos, bem como propiciar experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e na prevenção de situações de risco social.

Os serviços para adolescentes têm como objetivo o fortalecimento da convivência familiar e comunitária e contribui para o retorno ou permanência dos adolescentes e jovens na escola, por meio do desenvolvimento de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho. As atividades devem abordar as questões relevantes sobre a juventude, contribuindo para a construção de novos conhecimentos e formação de atitudes e valores que reflitam no desenvolvimento integral do jovem.

As atividades também devem desenvolver habilidades gerais, tais como a capacidade comunicativa e a inclusão digital de modo a orientá-lo para a escolha profissional, bem como realizar ações com foco na convivência social por meio da arte-cultura e esporte-lazer.

As intervenções devem valorizar a pluralidade e a singularidade da condição juvenil e suas formas particulares de sociabilidade; sensibilizar para os desafios da realidade social, cultural, ambiental e política de seu meio social; criar oportunidades de acesso a direitos; estimular práticas associativas e as diferentes formas de expressão dos interesses, posicionamentos e visões de mundo de jovens no espaço público.

O SCFV do município de Teodoro Sampaio/BA tem inserido nas atividades cerca de 150 crianças e adolescentes distribuídos em grupos de dança, capoeira, ballet, futebol e teatro, os quais participam de atividades diárias no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, tendo como principal objetivo empoderar e viabilizar por meio

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

das oficinas uma formação de identidade, além, de trazer estes jovens, que em sua maioria está à margem da sociedade, em situação de extrema pobreza, inserido no contexto do uso de substâncias psicoativas, o reconhecimento de pertença e desenvolvimento de habilidades para mudança da realidade atual.

4.3 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- CMDCA.

Constitui-se em um órgão criado por lei para formular e deliberar políticas públicas relativas às crianças e adolescentes, em conjunto com as áreas de saúde, meio ambiente, assistência social, educação, entre outras. Controla as ações em todos os níveis e organiza as redes de atenção à população infanto-juvenil, promovendo a articulação das ações, das entidades e dos programas da sociedade civil e dos governos.

O Conselho é formado, paritariamente, por integrantes do poder público e da sociedade civil, escolhidos em fórum próprio. A função dos integrantes do poder público e da sociedade civil, escolhidos em fórum próprio. A função dos membros dos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é de interesse público relevante e não remunerada, conforme previsto no art. 89 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. A Lei Municipal nº 617, de 27 de maio de 2015, que revogou a Lei Municipal nº 476, de 10 de novembro de 2005, dispõe sobre a nova estrutura e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, como órgão deliberativo de caráter permanente e em âmbito municipal.

Assim, O CMDCA integra a estrutura administrativa do município e exerce uma parcela da Soberania Estatal. E, em conjunto com a sociedade, após amplo debate (do qual poderão participar o Conselho Tutelar, o Ministério Público, o Poder Judiciário, Secretários Municipais, as entidades e organizações representativas da sociedade, além de profissionais e técnicos especialmente convidados), decidirão acerca das ações, serviços e programas de atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias a serem implementados. A composição atual do CMDCA é elencada a seguir: Srs: Roque Teles, Avany de Jesus Santos, Maria José Moura de Freitas Santos, José Orlando Alves Silva, Carlos Roberto Santana Lima e Geraldina Carneiro Souza.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

4.4 CONSELHO TUTELAR

O Conselho Tutelar é o órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei. Segundo o art. 23 do ECA, A autoridade do Conselho Tutelar providências e aplicar medidas de proteção decorre da lei, sendo efetivada em nome da sociedade para que cesse a ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente. Em cada município e em cada região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.

No município de Teodoro Sampaio-BA, a composição atual do Conselho Tutelar se constitui, a saber: Sr.^a Eliana Lima dos Santos, Sr. Gustavo da Cruz Cerqueira, Sr.^a Jucélia Ramos dos Santos, Sr.^a Maria da Conceição Cruz Gomes, Sr.^a Rosemara da Silva Uzêda Luna, Sr.^a Caroline Kellen Uzêda Luna dos Santos e Sr.^a Jucilene Santana da Cunha.

4.5 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) é o órgão que reúne representantes do governo e da sociedade civil para discutir, estabelecer normas e fiscalizar a prestação de serviços socioassistenciais estatais e não estatais no município. A criação dos Conselhos Municipais de Assistência Social está definida na Lei Orgânica da Assistência Social – **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Os conselhos estão vinculados ao órgão gestor da assistência social, que deve prover infraestrutura garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, conforme estabelece o parágrafo único do art. 16 da LOAS, com suas alterações da Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Teodoro Sampaio foi instituído pela Lei Municipal nº 476, de 10 de novembro de 2005 (atualmente revogada), elencando em sua composição oito membros titulares com seus respectivos suplentes.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Os conselheiros e as conselheiras do CMAS foram nomeados(as) pelo Decreto Municipal nº 041, de 24 de maio de 2017, empossados(as) em 24/05/2017, com mandato de 2 (dois) anos, findando o mandato em 2019.

Assim, segundo Bidarra 2005, os Conselhos Municipais não podem ser observados apenas pela colaboração que fornecem no que se refere à administração da PNAS, pois "Ante qualquer prerrogativa, eles são espaços de construção social das relações políticas de suas respectivas comunidades". Assim, o que se pretende é a transformação das práticas políticas. Para tanto, devem abrir espaço para a interlocução e a negociação entre as várias tendências presentes, prática necessária para o aprofundamento da intervenção necessária.

5. REDE DE SUPORTE ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

- CONSELHO TUTELAR: órgão autônomo que zela pelo cumprimento dos direitos fundamentais do programa de execução das medidas socioeducativas em meio aberto; inscrito no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA) que atende aos adolescentes em cumprimento de medidas da justiça, da infância e da juventude;
- CMDCA - Conselho Municipal da Criança e do adolescente: delibera sobre toda a política de atendimento;
- PROMOTORA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE; acompanha os casos de ato infracional fiscalizando o processo de execução das medidas socioeducativas;
- POLICIA MILITAR: apreensão e flagrante dos apreendidos;
- POLICIA CIVIL: investiga a veracidade do ato;
- O JUIZ: aplica as medidas socioeducativas, coordena e garante o processo da defensoria pública: orientação e assistência jurídica integral e gratuita e a defesa polícia militar: apreensão em flagrante civil: investiga a veracidade dos fatos;
- JUSTIÇA DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE: o juiz aplica as medidas socioeducativas, coordena e garante o processo de cumprimento dentro das formas

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

legais.

- A DEFENSORIA PÚBLICA: orienta a assistência jurídica integral e gratuita, bem como a defesa desses jovens/adolescentes que se encontram em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto.

6. DIRETRIZES

O Plano de Atendimento Socioeducativo de Teodoro Sampaio - BA foi alavancado pautado na Constituição Federal de 1988, bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução nº 119, de 11 de dezembro de 2006, do CONANDA, na Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012 e no Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo do SINASE, compreendendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, os quais devem integrar absoluta prioridade.

A ação socioeducativa no âmbito da Proteção Social Básica, em virtude do município abarcar o porte I, deve promover intervenções no sentido de prevenir risco e incidências de cometimento de ato infracional, apoiando-o na construção e ressignificação, sendo respeitadas suas escolhas e a singularidade de sua construção histórica.

Busca-se garantir o acesso de crianças e adolescentes aos serviços, programas e projetos necessários à superação de sua condição de exclusão e a todos os recursos que possibilitem o exercício da cidadania. Sendo assim, as ações propostas neste Plano deverão ser embasadas pelas seguintes diretrizes: a) primazia da responsabilidade do Município na proteção, promoção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária; b) garantia da qualidade do atendimento socioeducativo de acordo com os parâmetros do SINASE; c) focar a socioeducação por meio da construção de novos projetos pactuados com os adolescentes e famílias, através da elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA); d) incentivar o protagonismo, participação cidadã e autonomia do adolescente e seus familiares. e. Garantir a oferta de serviços de educação, formação profissional, esporte, cultura e lazer na rede socioassistencial.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

7. OBJETIVOS

7.1 OBJETIVO GERAL

Intensificar ações no que tange ao acompanhamento de crianças, adolescentes e suas famílias no município de Teodoro Sampaio-Bahia focando na constituição de espaços de convivência, formação para participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e de autonomia a partir dos interesses e potencialidades da faixa etária.

7.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Proporcionar acolhida, atendimento, orientação, acompanhamento e encaminhamentos pela rede intersetorial, que contribua para o desenvolvimento pessoal e social das crianças, adolescentes e familiares do município de Teodoro Sampaio-BA.
2. Garantir o acesso de crianças, adolescentes e famílias a espaços de atendimento psicossocial respeitando suas especificidades, através de escuta e direcionamentos que contribuam para emancipação social.
3. Contribuir para restaurar e preservar a dignidade e integridade física, bem como as condições de autonomia das crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco social.
4. Possibilitar a construção de metodologias de trabalho social referentes à execução das medidas socioeducativas em meio aberto, quando houver, e que possam contemplar os jovens/adolescentes de forma integral;

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

8. RESULTADOS ALMEJADOS

- Crianças e adolescentes e suas famílias, acolhidos, acompanhados e protagonistas de suas histórias na sociedade.
- Diminuição da reincidência no caso de cometimento de ato infracional.
- Fortalecidas as parcerias com organizações governamentais e não governamentais na efetivação da rede de apoio para atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto quando houver.
- Fortalecidas as relações familiares e comunitárias.
- Assegurado o acesso dos adolescentes autores de ato infracional nas políticas públicas (educação, saúde, assistência social, etc.).
- Capacitação continuada – técnicos dos equipamentos, orientadores, e todas as instituições governamentais e não governamentais que fazem parte da rede de atendimento socioeducativo do município.
- Oficinas e palestras socioeducativas disponibilizadas.
- Prioridade nas ações interventivas da rede intersetorial do município de Teodoro Sampaio- BA, pautando nas legislações de proteção à criança e ao adolescente, bem como avaliando e repensando estratégias de enfrentamento as diversas manifestações da questão social.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

9. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES POR EIXO DE TRABALHO

9.1 ASSISTÊNCIA SOCIAL

OBJETIVO	AÇÕES	PRAZO	RESPONSÁVEIS
Garantir a atenção social especial por meio dos serviços da atenção básica de caráter preventivo.	Desenvolver campanha educativa em todas as escolas municipais, particulares, estaduais de ensino médio, objetivando a prevenção ao uso de substâncias psicoativas em parceria com o Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF.	2018 - 2027	Secretaria Municipal de Assistência Social; Saúde.
	Implantar a qualificação profissional dos adolescentes na modalidade aprendiz (pós 14 anos de idade) de acordo com a Lei Municipal nº 574, de 20 de junho de 2013	2018 - 2027	Secretaria Municipal de Assistência Social; CMDCA;

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

	Incentivar a erradicação do trabalho infantil através de ações afirmativas, campanhas e mobilização social.	2018 - 2027	Secretaria Municipal de Assistência Social; CMDCA; Conselho Tutelar.
	Realizar a II Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	2018	Secretaria Municipal de Assistência Social; CMDCA; Conselho Tutelar.
	Promover a semana da juventude, com apresentações culturais, seminários, e manifestações, representando as diversas identidades de juventudes, e fazendo com que o jovem Teodorenses tenha a oportunidade demonstrar trabalhos, projetos, iniciativas gerais de atuação e protagonismo juvenil.	2018 - 2027	Secretaria Municipal de Assistência Social; CMDCA; Conselho Tutelar.
	Criação e Manutenção de projetos e programas voltados para a Criança e ao Adolescente.	2018 - 2027	Secretaria Municipal de Assistência Social; CMDCA;

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Assegurar a Manutenção das ações do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.	2018 - 2027	Secretaria Municipal de Assistência Social; CMDCA;
----------------------------------------------------------------------------------------	-------------	----------------------------------------------------------

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

9.2 SAÚDE

OBJETIVO	METAS	PRAZO	RESPONSÁVEIS
Atendimento especial a adolescentes com histórico de uso de substâncias psicoativas, assim como planejamento de ações preventivas.	Promover palestras informativas tendo como tema álcool e outras drogas e os riscos à saúde para adolescentes em diversas instituições municipais.	2018 - 2027	Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Assistência Social.
	Promover palestras informativas tendo como tema: planejamento familiar com intuito de prevenir gravidez na adolescência.	2018 - 2027	Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Assistência Social.
	Manter o Programa de saúde na escola	2018 - 2027	Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal de

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

			Educação e Cultura.
	Fazer busca ativa nas unidades de saúde, para notificação dos casos de qualquer tipo de violência (física, mental e doméstica)	2018 - 2027	Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Assistência Social.
	Articular parcerias com instituições de acolhimento a adolescentes usuários de substâncias psicoativas. Promover campanhas educativas para adolescentes abordando doenças sexualmente transmissíveis e entrega de preservativos.	2018 - 2027	Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

9.3 EDUCAÇÃO E CULTURA

OBJETIVO	METAS	PRAZO	RESPONSÁVEIS
Aprimorar a escolarização minimizando a evasão escolar entre os jovens Teodorenses e consequentemente diminuindo o índice dos mesmos no	Promover a reinserção escolar dos adolescentes que abandonaram os estudos.	2018 - 2027	Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
	Dinamizar as ações educativas com a inserção de atividades lúdicas.	2018 - 2027	Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
	Criar estratégias de participação da família no processo educacional por meio de programas e projetos.	2018 - 2027	Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

universo das substâncias psicoativas e atos infracionais.	Realizar campanhas educativas que abordem o tema álcool e outras drogas.	2018 - 2027	Secretaria Municipal de Educação e Cultura; Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal de Saúde.
-----------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------	-------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

9.4 ESPORTE E LAZER

OBJETIVO	METAS	PRAZO	RESPONSÁVEIS
Incentivar a prática de esportes entre crianças e adolescentes no município como forma de prevenção à incidência de envolvimento com substâncias	Desenvolver parcerias com empresas, clubes e organizações como o Sudesb, Federação Baiana de Futebol Liga Desportiva Teodorense e Consórcio Portal do Sertão;	2018 - 2027	Secretaria Municipal de Esporte.
	Desenvolvimento de atividades esportivas para jovens com deficiência;	2018 - 2027	Secretaria Municipal de Esporte; Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal de Saúde.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

psicoativas e atos infracionais.	Realizar atividades esportivas como: gincanas, campeonatos de futebol, handebol, vôlei, dentre outras.	2018 - 2027	Secretaria Municipal de Esporte; Secretaria Municipal de Assistência Social; Sec. Municipal de Saúde.
----------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

9.5 DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E ECONÔMICO

OBJETIVO	METAS	PRAZO	RESPONSÁVEIS
Promover o desenvolvimento econômico por meio de instituições parceiras e a sensibilização do cuidado com o meio ambiente através de educação continuada dos jovens Teodoreses.	Busca, divulgação, orientação e matrícula de jovens em curso profissionalizantes, a exemplo do IFBAHIANO (Catu/BA).	2018 - 2027	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Econômico.
	Parcerias com Instituições que ofertam cursos de capacitação para o trabalho com o público jovem como exemplo o SENAI.	2018 - 2027	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Econômico; Secretaria Municipal de Assistência Social.
	Promover a educação ambiental nas escolas e incentivar a realização de campanhas educativas;	2018 - 2027	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Econômico; Sec. Municipal de Educação; Sec. Municipal de Assistência Social;

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

10. PROCESSO PARTICIPATIVO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – TEODORO SAMPAIO – BAHIA (2018).

As estratégias a serem realizadas para que a sociedade civil esteja envolvida no processo de formulação do plano foram definidas em reunião informal com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na pessoa do presidente, ficou definido que a seria realizada uma audiência pública municipal para apresentação dos resultados e aprovação do plano em questão, assim, foi realizada a audiência pública no dia 07 de junho de 2018, na Câmara Municipal de Vereadores deste município, com duração de 04h.

Nesta foi apresentado o relatório final de elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, para ser discutido e avaliado pelos munícipes, colocando em pauta todo o processo de construção do plano, onde a população na oportunidade, os mesmos contribuíram e sugeriram modificações que foram registradas em ata (anexo).

Vale ressaltar que a audiência pública é um instrumento de participação e controle social, pois, a partir deste momento, com a aprovação da sociedade, o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo do município de Teodoro Sampaio – Bahia será encaminhado à Câmara de Vereadores como Projeto de Lei, para apreciação e aprovação.

Para dar visibilidade ao evento foram realizadas reuniões preparatórias, assim como divulgação prévia em todo o município por meio de faixa, cartaz, carro de som, rádio local e redes sociais (facebook, blogs, sites, whatsapp). O meio eletrônico também foi utilizado para registrar em diário oficial do município convite aos munícipes com local, data e horário da audiência pública.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Além da apresentação em audiência pública, o PMASE foi apresentado na II Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Teodoro Sampaio – BA, realizada em 29 de novembro de 2018. De acordo com orientação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente – CONANDA que convocou em dezembro de 2017 a XI Conferência Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes, tendo como tema: Proteção Integral, diversidade e enfrentamentos das violências. Este processo de conferência tem início com as conferências livres, seguidas das municipais, estaduais e por final a conferência nacional, tendo como prazo de início para as conferências municipais o mês de maio de 2018.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

11. FINANCIAMENTO

O Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 4º, trata da garantia de prioridade na destinação de recursos públicos para assuntos relacionados à infância e juventude. Assim, inclui-se o financiamento dos programas de atendimento das medidas socioeducativas em meio aberto. Salienta-se, que por conta da descentralização político-administrativa prevista na Constituição, a responsabilidade pelo financiamento é compartilhada por todos os entes federativos (União, Estado, Distrito Federal e Município), portanto as obrigações e responsabilidades específicas de cada esfera devem ser Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo do Município de Teodoro Sampaio- BA acompanhadas de capacidade de gestão e financiamento, garantindo um montante de recursos regulares para ao pleno desenvolvimento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). O SINASE será custeado com recursos do orçamento da Seguridade Social, além de outras fontes, na forma do art. 195 da Constituição Federal, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das demais contribuições sociais previstas na legislação. (SINASE, 2006). Aos municípios compete cofinanciar, conjuntamente com os governos federal e estadual “a execução de programas e ações destinados ao atendimento inicial de adolescente apreendido para apuração de ato infracional, bem como aqueles destinados a adolescente a quem foi aplicada medida socioeducativa em meio aberto.”. Para direcionamento dos recursos que serão disponibilizados, o município irá realizar avaliações periódicas da execução do programa, que serão utilizadas para planejamento de metas e eleição de prioridades do Sistema de Atendimento Socioeducativo e seu financiamento. Para além, caberá ao CMDCA a definição do percentual de recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente a serem aplicados no Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo do Município de Teodoro Sampaio- BA, em especial para capacitação, sistemas de informação e de avaliação. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município foi criado em 29 de maio de 2015, pela Lei Municipal nº 617, de 27 de maio de 2015.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

12. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e avaliação deste plano será por meio do órgão gestor, a Secretaria Municipal de Assistência Social, em conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município. A avaliação passará pelo comitê de acompanhamento e monitoramento formado e instituído por veículo legal publicado em diário oficial do referido município.

O período de avaliação deve ser a cada 02 (dois) anos, onde serão abordados e avaliados os seguintes pontos; – Eficácia da metodologia adotada; Envolvimento das instituições envolvidas; observação no número de ocorrências em atos infracionais cometidos por adolescentes no município de Teodoro Sampaio-BA; recursos aplicados para a realização das atividades propostas; a participação da sociedade civil no processo; resultados obtidos a partir da implantação do plano.

A partir da avaliação do comitê de acompanhamento e monitoramento será possível ajustar as atividades, propor mudanças na metodologia, incluir novos parceiros e elaborar projetos que sejam necessários à eficácia do presente plano.

Indica-se, também, que o referido plano seja apresentado na Audiência Pública, com resultados e metas planejadas para os anos seguintes, visto que o plano tem vigência de 10 (dez) anos.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

REFERÊNCIAS

1. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências – Disponível em [http://www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br/[Acessado em 20 de novembro de 2017].) / [Acessado em 20 de novembro de 2017].
2. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. - Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional – Disponível em <http://www.planalto.gov.br> / [Acessado em 20 de novembro de 2017].
4. Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio. Diário Oficial do Município. Ano III, edição 00177. Publicado em 15 de Julho de 2013. Disponível em <http://www.ipmbrasil.org.br/visualizar-publicacoes?cod=33&file=76E449B900B052623134AC44B712ADBD&type=edicao>. [Acessado em 29 de novembro de 2017].
5. Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio. Diário Oficial do Município. Ano V, edição 00455, caderno I. Publicado em 29 de Julho de 2015. Disponível em <http://www.ipmbrasil.org.br/visualizar-publicacoes?cod=33&file=C397B3C17A37566F447B3FBD80114F5D&type=edicao>. [Acessado em 29 de novembro de 2017].
6. Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio – Bahia. Lei Municipal nº 640, de 30 de junho de 2017. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021 e dá outras providências. Disponível em <http://www.ipmbrasil.org.br/visualizar-publicacoes?cod=33&file=83E2BAA6E09D5CFD3F0A363F34FF331B&type=edicao>. [Acessado em 24 de novembro de 2017].
7. NERI, M. C.; COSTA, D. R. da. O Tempo das crianças. Rio de Janeiro: Fundação

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Getúlio Vargas, 2002 (Ensaio Econômico, 468).

8. [Enciclopédia dos Municípios Brasileiros](#) (2007). - [Histórico](#) (PDF). [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística \(IBGE\)](#). Consultado em 22 de novembro de 2017. [Cópia arquivada em 22 de agosto de 2014](#)

9. *Atlas do Desenvolvimento Humano* (29 de julho de 2013). [«Ranking IDH-M Municípios 2010». Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento \(PNUD\)](#). Consultado em 7 de novembro de 2017. [Cópia arquivada em 22 de agosto de 2014](#).

11. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Tipificação nacional de serviços socioassistenciais: texto da resolução nº109, de 11 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial Oficial da União em 25 de novembro de 2009. Brasília, 2009.

12. Brasil. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). ESCOLA NACIONAL DE SOCIOEDUCAÇÃO: Parâmetros de Gestão, Metodológicos e Curriculares. Redação e Revisão: Cláudio Augusto Vieira da Silva e Paulo Paes Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2014.

13. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS). Brasília, 2005.

14. Caminhos para a municipalização do atendimento socioeducativo em meio aberto: liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade. Rio de Janeiro: IBAM/DES, Brasília: SPDCA/SEDH, 2008. VOLPI, Mario. O adolescente e o ato infracional. 9 ed, São Paulo: Cortez, 2011.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ANEXOS

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**1. ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CMDCA ACERCA DO PLANO
MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO.**

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

22

Ata de reunião do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezeto, reuniram-se no Centro de Referência da Assistência Social do Município de Teodoro Sampaio, representantes das secretarias municipais; membros do CMOCA, sendo titulares e suplentes; membros do Conselho Tutelar e membros da Comissão PMASE. Com a palavra o presidente do CMOCA, Roque Tiler, deu boas vindas aos presentes apresentando a pauta do que estaria sendo discutido na reunião, sendo: apresentação dos membros da Comissão PMASE; Plano Socioeducativo e o que ocorreria. Apresentou ainda a senhora Kelly Regina de Oliveira, Assistente Social da secretaria da Assistência Social como convidada a estar expondo sobre o Plano Socioeducativo. Passado a palavra para Kelly ela explicou que o Ministério Público estava cobrando um Plano Socioeducativo, este que já estava atrasado necessitando portanto notificar o município a preparar um Plano e encaminhá-lo ao MP num prazo por este determinado, ou seja primeiro do mês de . Continuou dizendo que já deu início a Plano, mas ele não está pronto, por isso necessitará da elaboração de todos os convocados para dar continuidade do mesmo, preferencialmente, uma elaboração de acordo com a secretaria que (estão recebendo) recebesse cópia deste Plano em andamento. Foram apresentados cópias distas que deverão ser encaminhadas por e-mail ao elaboradores de suas respectivas secretarias por estes representantes. Para acompanhamento e análise do processo de realização do Plano, fez-se uma comissão, a Comissão PMASE composta por Virginia Gonçalves Valente, Jocilson Santos de Jesus, Marilena Lucia Santos Alas, Maria Souza Santos Souza e Gabriel Ernesto Faleetta substituindo Rogério Brito

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

SS
de Santos. Ao perguntar se estavam todos de acordo com o presente cronograma de realização do Plano que consiste em sua continuidade após o carnaval, bem como realização de audiência Pública para aprovação do mesmo, nenhum dos presentes se manifestou contra e se colocaram à disposição para elaborar. Kelly abordou uma questão real do município em que o próprio MP tinha informado que recebe muitos casos envolvendo crianças e adolescentes que possuem contato e relação com as drogas, todavia, o município não possui nenhum registro destes casos, no qual especifique um número (destes casos). A conselheira Maria da Penha Cruz Gomes explicou que de fato há muitos casos na cidade, e como previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente a maioria dos casos não é encaminhada ao Ministério Público, quando muitos casos foge das (suas) atribuições do Conselho, contudo, há casos que quisesse armar, por questão de segurança, são arquivados, faz-se o que é previsto em lei de maneira cautelosa, mas não uma lista onde registre-se um ou um (de) destes menores. Uma maneira de ter acesso a algum tipo de registro desta natureza seria oficializar o Departamento de Polícia, sugerido por Silvana G. Silva. Este assunto causou forte divergência de opiniões por se tratar de algo arquivado na visão de portadores presentes. Marielma Alves ^{presentou} ao município dispôs de ações que possam acolher crianças e adolescentes que tenham saído, por exemplo, de alguma instituição de recolhimento de menores infratores, afim de ressocializá-los. Kelly suspendeu que há o artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente em lei tem também o menor aprendiz.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

23

Assim, este último, um problema visto que o município não conta com um mercado amplo, que atenda a tal necessidade. Marcelina sugeriu, por exemplo, que o menor poderio seja um office boy, que preste serviços para a própria prefeitura. Relatou-se ainda que Valdeir é um dos comerciantes que já trabalhou com algo semelhante. Com a palavra novamente o presidente Roque Tels, ressaltou que cada um, portanto, ficará responsável por elaborar com o desenvolvimento do Plano, e maior responsabilizando-se da Comissão PMASE que acompanhará e analisará todo processo. Ficou então marcado a próxima reunião para análise do que já está pronto, e marcação de data para realização da Audiência Pública, o dia 22 de fevereiro às 14 horas. Vale ressaltar que ao tratar sobre ações socioeducativas disponíveis no fregues municipal, Kelly lembrou que Gabriel também já buscou parcerias que atendam a esta necessidade. Gabriel explicou sobre tais parcerias que inclui uma instituição de Fátima Fontana e O IF Barão do município de Catu. Nada mais havendo a tratar sobre a pauta neste dia, a reunião foi encerrada, foi lida e arquivada por um Gustavo da Cruz Berqueiro e todos os presentes. Gustavo da Cruz Berqueiro.

~~Geraldo da Silva~~
 Geraldo da Silva, Jany, Eugênio, Jacyr, Gonçalves, Parente,
 Kelly Roque, Denise, Maria da Conceição Cruz Gomes,
 Rosa, Raimundo da Silva, Rosemaria da Silva, Zilda da Silva,
 Maria Brasilina da Silva

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

Ata de reunião do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e do Adolescente (CMOCA). Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro, reuniu-se no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do município de Teodoro Sampaio, representantes do Conselho Tutelar, representantes das secretarias municipais, membros do CMOCA bem como o presidente senhor Rogério Telles, cumprando com o combinado em reunião anterior para dar continuidade à elaboração do Plano Sociodiversitário, após as propostas inseridas no plano terem sido encaminhadas via E-mail para os representantes darem sua elaboração, continuidade, de correção ou ainda quaisquer ajustes necessários. Siboma Silva representante da Secretaria da Assistência Social fez leitura das propostas encaminhadas para a secretaria de saúde, após leitura propôs que onde lê-se "busca ativa" no posto de atendimento fosse alterado sendo em uso a expressão "levantar dados" por meio dos atendimentos realizados, tendo realizado alterações necessárias, as propostas foram aprovadas por unanimidade. Após a apresentação de propostas bem como alterações realizadas no texto de trabalho da saúde, Kelly Oliveira concorda Virginia Valente a estar fazendo a leitura das propostas encaminhadas para a secretaria de Educação e Cultura, a qual ela estava representando. Virginia conta que se reuniu como secretário de Educação o senhor Gilson Barbosa e não fez alterações. Após leitura, propôs-se que onde lê-se "Garantir a participação da família no processo de educação por meio de programas e projetos", lê-se "Criar estratégias de participação..." No objetivo, ainda das propostas da Educação propôs-se que onde lê-se "apostando os mesmos do universo das substâncias psicoativas e atos infracionais", lê-se "diminuindo o índice dos mesmos..." Após feita alterações, as propostas foram a-

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

24

procurados por unanimidade. Kelly Oliveira, Assistente Social da Secretaria da Assistência Social, elaborou o Plano Socioeducativo, levando Jadirson de Jesus à estar fazendo leitura das propostas encaminhadas para a Secretaria de Esporte e fazer a qual ele esteve representando. Jadirson entrou em contato com o secretário de esporte e logo o Senhor Danilo confirmando se fariam alguma alteração ou algum acréscimo que disse estar de acordo com o que Jadirson havia apresentado no Plano e não houve alteração. Jadirson fez a leitura das propostas e onde lê-se em seu objetivo "Incentivar a prática de esportes..." acrescentou-se "e atividades físicas" após a palavra "prática". Nas metas deste plano, alterou-se incluindo os órgãos Sesi e Sese por organizações como o Sinesb, Federação Baiana de Futebol (FBF), Liga Desportiva Teodorense e Consórcio Portal do Sorriso. Ainda neste plano onde lê-se "Desenvolvimento de atividades esportivas para jovens portadores de deficiência" propõe a eliminação da palavra "portadores". Incluiu-se "realizar atividades esportivas como: ginástica, campeonato de futebol, handebol, vôlei dentre outras". Após leitura das alterações realizadas, as propostas foram aprovadas por todos os presentes. Kelly diz ter entrado em contato com o senhor Gabriel Faleitta representante da Secretaria de Desenvolvimento Aquático e Econômico, que disse montar as propostas que recebeu. Após leitura fez-se alteração em seu objetivo sendo aprovado por unanimidade. Roque Teles, presidente do CHOCA fez leitura das propostas pertinentes à Secretaria da Assistência Social que teve seu objetivo aprovado, em sua meta onde lê-se "ensino básico" lê-se "ensino médio" após esta alteração apenas, todos aprovaram as propostas. Tendo encerrado esta primeira parte Kelly nos apresentou

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

modos do decreto que sua publicação apresentamos a Comissão examinadora do PMSE composta por Virginia Valente, Jadirson de Jesus, Karolina Alar, Gabriel Faleitta e Maria Neuza Souza, bem como suas atribuições que garantem a efetivação do Plano. Sem prejuízo por parte dos indicados à Comissão não foi lido. Apresentar ainda proposta (p) de ata para realização de audiência pública, aprovada para o dia 12 de abril pelo turno matutino. Sem mais assuntos a serem tratados ratifico esta ata completando a data de sua realização com o ano em curso - vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de "dois mil e dezoito," lido esta ata que vai assinada por mim Gustavo da Cruz Braguiña e demais presentes que aprovaram este Plano Secordutivo a ser apresentado ao público em tempo hábil. Gustavo da Cruz Braguiña, *Virginia Lucia Gonçalves Valente, Maria da Conceição Cruz Gomes. Maria da Glória Brarilina da Luz*

Ata

Ata

Ata

Ata

Ata

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- 2. LEI MUNICIPAL Nº 617, DE 27 DE MAIO DE 2015.** Dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar e o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

sexta-feira, 29 de maio de 2015 | Ano V - Edição nº 00428 | Caderno 1

Diário Oficial do **Município** 003

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

Lei



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio
_____**GABINETE DO PREFEITO**_____

LEI Nº 617, DE 27 DE MAIO DE 2015

“Dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar e o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO - Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Capítulo I Das disposições Gerais

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente e estabelece normas gerais para a sua adequada aplicação.

Art. 2º. O atendimento dos direitos da criança e do adolescente, no âmbito do município, far-se-á através:

I - Políticas sociais básicas de educação, saúde, esporte, cultura, lazer, profissionalização e outras, que primarão pela dignidade no tratamento dos direitos da criança e do adolescente e pelo respeito à convivência familiar e comunitária;

II - Políticas e programas de assistência social em caráter supletivo para aqueles que dela necessitem;

III - Serviços especiais nos termos desta Lei.

Parágrafo único O município poderá celebrar convênios no âmbito Municipal, Estadual, Federal e Internacional, com Organizações Governamentais e não Governamentais, para o cumprimento do disposto nesta lei, visando em especial o atendimento regionalizado da criança e do adolescente, de acordo com os arts. 86 a 88 do ECA.

Art. 3º. O município destinará prioritariamente recursos e espaços públicos para o atendimento voltado à criança e ao adolescente.

Art. 4º. São órgãos Municipais da política de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente:

1/25

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba

www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
A71B187BFAF228066C0F673A6A7775B1

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba

www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
489EE192A7D51F9413125075DB00EE31

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

sexta-feira, 29 de maio de 2015 | Ano V - Edição nº 00428 | Caderno 1

Diário Oficial do **Município** 004

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio
GABINETE DO PREFEITO

I - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;
II - O Conselho Tutelar – C T.

Art. 5º. O município, ouvido o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, poderá criar os programas e serviços que aludem os incisos II e III do Art. 2º, instituindo e mantendo entidades governamentais de atendimento.

Parágrafo único: É vedado à criação de programas de caráter compensatório, na ausência ou insuficiência de políticas sociais básicas no município, sem a prévia audiência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 6º. Os programas são classificados como de proteção e sócio-educativos que destinar-se-ão:

- I - orientação e apoio sócio-familiar;
- II - apoio sócio-educativo em meio aberto;
- III - colocação familiar;
- IV - acolhimento institucional;
- V - prestação de serviços à comunidade;
- VI - liberdade assistida;
- VII - semiliberdade;
- VIII - internação.

Capítulo II

Da criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Seção I

Da criação e natureza do Conselho

Art. 7º. Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), órgão permanente, deliberativo e controlador das ações em todos os níveis da política de atendimento à criança e ao adolescente, observadas à composição paritária de seus membros, por meio de organizações representativas, nos termos do Art. 88 inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990.

Art. 8º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, responde pela implementação da prioridade absoluta e a promoção dos direitos e defesa da criança e do adolescente, levando em consideração as peculiaridades do município.

2/25

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba

www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
A71B187BFAF228066C0F673A6A7775B1

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba

www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
489EE192A7D51F9413125075DB00EE31

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

sexta-feira, 29 de maio de 2015 | Ano V - Edição nº 00428 | Caderno 1

Diário Oficial do **Município** 005

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio
GABINETE DO PREFEITO

Art. 9º. A função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será gratuita e constitui serviço público relevante, podendo em caso de representação fora do município receber diárias, ajuda de custo ou jetons.

Art. 10. Cabe à administração pública municipal fornecer recursos humanos e estrutura técnica, administrativa e institucional necessários ao adequado e ininterrupto funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, devendo para tanto instituir dotação orçamentária específica sem ônus para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Seção II Da composição do Conselho

Art. 11. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, será composto por 10 (dez) membros, titulares e 10 (dez) membros suplentes assegurada à participação popular. Sendo: 05 (cinco) membros natos, representantes de órgãos governamentais do município e 05 (cinco) membros eleitos representantes de entidades não – governamentais.

Art. 12. São membros natos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, indicados pelo Poder Executivo:

- I - Um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- II - Um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- III - Um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- IV - Um representante da Secretaria Municipal de Cultura;
- V - Um representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

Art. 13. Para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é exigida idoneidade moral do candidato, mediante certidões negativas da Polícia Civil Estadual, Polícia Federal, Justiça Estadual e Justiça Federal.

Art. 14. O processo de escolha dos representantes da sociedade civil junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proceder-se-á da seguinte forma:

- I - Convocação do processo de escolha pelo conselho em até 60 (sessenta) dias antes de término do mandato;
- II - Designação de uma comissão eleitoral composta por conselheiros representantes da sociedade civil para organizar e realizar o processo eleitoral;

3/25

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba
www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
A71B187BFAF228066C0F673A6A7775B1

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba
www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
489EE192A7D51F9413125075DB00EE31

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

sexta-feira, 29 de maio de 2015 | Ano V - Edição nº 00428 | Caderno 1

Diário Oficial do **Município** 006

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio
GABINETE DO PREFEITO

III - O processo de escolha dar-se-á exclusivamente através de assembleia específica, devendo ser convidado membro do Ministério Público para acompanhá-lo;

IV - O mandato no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente pertencerá à organização da sociedade civil eleita, que indicará um de seus membros para atuar como seu representante;

V - A eventual substituição dos representantes das organizações da sociedade civil no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá ser previamente comunicada e justificada, não podendo prejudicar as atividades do Conselho;

VI - A eleição se fará mediante votação secreta por um único representante de cada uma das entidades que apresentem os seguintes requisitos:

- a) Estejam regulamente constituídas;
- b) Tenham um ano ininterrupto de funcionamento em atividades com crianças e adolescentes.

Art. 15. É vedada a indicação de nomes ou qualquer outra forma de ingerência do Poder Público sobre o processo de escolha dos representantes da sociedade civil junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 16. O mandato dos representantes da sociedade civil junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será de 02 (dois) anos.

Art. 17. As entidades, em caso de impedimento, serão substituídas pelas suplentes, eleitas na mesma oportunidade, na forma desta lei;

Art. 18. Eleitos os representantes das entidades não governamentais serão nomeados e tomarão posse em conjunto com os representantes dos Órgãos governamentais, em dia e hora fixados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que está saindo do mandato, não podendo ultrapassar quinze dias da data de nomeação.

Art. 19. As entidades não governamentais eleitas para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente só será permitida 1 (uma) recondução, em seguida, mediante novo processo de escolha, vedada a prorrogação de mandatos ou a recondução automática.

Seção III
Da competência do Conselho Municipal

4/25

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba
www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
A71B187BFAF228066C0F673A6A7775B1

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba
www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
489EE192A7D51F9413125075DB00EE31

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

sexta-feira, 29 de maio de 2015 | Ano V - Edição nº 00428 | Caderno 1

Diário Oficial do **Município** 007

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio
GABINETE DO PREFEITO

Art. 20. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme a Legislação Federal:

I - Formular a política municipal dos direitos das Crianças e do Adolescente, fixando prioridades para a consecução de ações, bem como a captação e recursos necessários a sua realização;

II - Zelar pela execução da política referida no inciso anterior, atendidas as peculiaridades das crianças e adolescentes, de suas famílias, de seus grupos de vizinhos e dos bairros em que se localizem;

III - Formular prioridades a ser incluído no planejamento do município, em tudo o que se refira ou possa afetar as condições de vida da criança e do adolescente;

IV - Elaborar, votar e reformar seu regimento interno.

V - Opinar no planejamento e na elaboração da proposta das Leis Orçamentárias anuais, no que se refira ao atendimento das políticas sociais básicas relativa à criança e ao adolescente;

VI - Estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização de tudo quanto se execute no município afeto as suas deliberações;

VII - Registrar e atualizar periodicamente o cadastro dos Órgãos Governamentais e Entidades não – governamentais de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, que mantenham programas de:

- a) Orientação e apoio sócio-familiar;
- b) Apoio sócio-educativo em meio aberto;
- c) Colocação familiar;
- d) Acolhimento institucional;
- e) Prestação de serviços à comunidade;
- f) Liberdade assistida;
- g) Semiliberdade;
- h) Internação.

VIII – Fixar normas e publicar o edital do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, com antecedência de no mínimo 06 (seis) meses antes do dia estabelecido para o certame, observadas as resoluções do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, resoluções do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Pará, e esta Lei, conferindo ampla publicidade ao pleito no Diário Oficial do Município, por 03 (três) dias consecutivos, ou meio equivalente, nos sítios eletrônicos oficiais, nos meios de comunicação locais, afixação em locais de amplo acesso ao público, entre outros;

IX - Providenciar a prova eliminatória para os candidatos a membros do Conselho Tutelar;

5/25

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba

www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
A71B187BFAF228066C0F673A6A7775B1

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba

www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
489EE192A7D51F9413125075DB00EE31

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

sexta-feira, 29 de maio de 2015 | Ano V - Edição nº 00428 | Caderno 1

Diário Oficial do **Município** 008

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio
GABINETE DO PREFEITO

X - Dar posse aos membros eleitos para o Conselho Tutelar, declarar a vacância dos respectivos cargos e convocar suplentes para cumprimento do restante do mandato;

XI - Estabelecer os locais de instalações para o Conselho Tutelar, observando o disposto na lei federal nº 8.069/90 e nesta lei.

XII - Propor modificações das Secretarias e Órgãos da Administração ligados à promoção, proteção e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XIII - Opinar sobre a destinação de recursos e espaços públicos para programações culturais, desportivas e de lazer voltadas para infância e juventude;

XIV - Gerir o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FIA).

XV - Alocar recursos do FIA, aos projetos e programas dos órgãos governamentais e não governamentais, mediante aprovação de projetos submetidos à apreciação do pleno.

XVI - Fixar critérios de utilização, através de planos de aplicação, das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentuais para o incentivo ao acolhimento sob forma de guarda, de crianças ou adolescentes através de famílias acolhedoras.

XVII - Realizar campanhas de captação de recursos para o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.

XVIII - Realizar a Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente conforme orientação do Conselho Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

XIX - Autorizar a apuração de denúncias através de sindicância e/ou de processo administrativo disciplinar contra membros do Conselho Tutelar.

XX – Informar e motivar a comunidade através dos diferentes órgãos de comunicação e outros meios, sobre a situação social, econômica, política, cultural da criança e adolescente no município.

Parágrafo Único – O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá reunir-se, no mínimo, uma vez ao mês.

Capítulo III

6/25

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba

www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
A71B187BFAF228066C0F673A6A7775B1

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba

www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
489EE192A7D51F9413125075DB00EE31

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

sexta-feira, 29 de maio de 2015 | Ano V - Edição nº 00428 | Caderno 1

Diário Oficial do **Município** 009

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio
GABINETE DO PREFEITO

Do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

Seção I

Da criação, constituição, natureza do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

Art. 21. Fica criado o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – FIA, constituído pelas receitas estabelecidas na Lei Federal nº 8.069/90, nesta lei e na resolução do CONANDA, cabendo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- I - Deliberar acerca da captação e aplicação de recursos a serem utilizados;
- II - Fixar as resoluções para a administração do Fundo.

Seção II

Da competência da gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Art. 22. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em relação ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FIA), sem prejuízo das demais atribuições:

- I - Elaborar e deliberar sobre a política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente no seu âmbito de ação;
- II - Promover a realização periódica de diagnósticos relativos à situação da infância e da adolescência bem como do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente no âmbito de sua competência;
- III - Elaborar planos de ação anuais ou plurianuais, contendo os programas a serem implementados no âmbito da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, e as respectivas metas, considerando os resultados dos diagnósticos realizados e observando os prazos legais do ciclo orçamentário;
- IV - Elaborar anualmente o plano de aplicação dos recursos do Fundo, considerando as metas estabelecidas para o período, em conformidade com o plano de ação;
- V - Elaborar editais fixando os procedimentos e critérios para a aprovação de projetos a serem financiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em consonância com o estabelecido no plano de aplicação e obediência aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade;
- VI - Publicizar os projetos selecionados com base nos editais a serem financiados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

7/25

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba
www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
A71B187BFAF228066C0F673A6A7775B1

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba
www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
489EE192A7D51F9413125075DB00EE31

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

sexta-feira, 29 de maio de 2015 | Ano V - Edição nº 00428 | Caderno 1

Diário Oficial do **Município** 010

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio
GABINETE DO PREFEITO

VII - Monitorar e avaliar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FIA), por intermédio de balancetes trimestrais, relatório financeiro e o balanço anual do fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, sem prejuízo de outras formas, garantindo a devida publicação dessas informações, em sintonia com o disposto em legislação específica;

VIII - Monitorar e fiscalizar os programas, projetos e ações financiadas com os recursos do Fundo, segundo critérios e meios definidos pelo próprio Conselho, bem como solicitar aos responsáveis, a qualquer tempo, as informações necessárias ao acompanhamento e à avaliação das atividades apoiadas pelo Fundo Municipal da Criança e do Adolescente;

IX - Desenvolver atividades relacionadas à ampliação da captação de recursos para o Fundo;

X - Mobilizar a sociedade para participar no processo de elaboração e implementação da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, bem como na fiscalização da aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único: Para o desempenho de suas atribuições, o Poder Executivo Municipal deverá garantir ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente o suficiente e necessário suporte organizacional, estrutura física, recursos humanos e financeiros.

Art. 23. Compete à administração do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente nos termos da resolução do CMDCA:

I - Contabilizar o recurso orçamentário próprios do Município ou a ele destinado em benefício da criança e do adolescente pelo Estado, União e particular, através de convênios ou doações ao fundo;

II - Manter o controle funcional das aplicações financeiras dos recursos do Fundo.

III - Liberar recursos a serem aplicados em benefício de crianças e adolescentes, de acordo com as normativas do CONANDA, e desta lei;

IV - Administrar recursos específicos para os programas de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Seção III

Da administração do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

Art. 24. O Fundo da Criança e do Adolescente fica vinculado administrativa e operacionalmente a Secretaria Municipal da Assistência Social.

8/25

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba

www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
A71B187BFAF228066C0F673A6A7775B1

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba

www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
489EE192A7D51F9413125075DB00EE31

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

sexta-feira, 29 de maio de 2015 | Ano V - Edição nº 00428 | Caderno 1

Diário Oficial do **Município** 011

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio
GABINETE DO PREFEITO

Art. 25. O Titular da gestão do fundo deverá submeter ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - O plano de aplicação dos recursos disponíveis do Fundo Municipal, em consonância com a Lei de diretrizes orçamentárias e com a Lei orçamentária do Município.

II - As demonstrações trimestrais das receitas e despesa do fundo, acompanhadas da análise e da avaliação da situação econômico – financeiro e sua execução orçamentária.

Art. 26. São atribuições do gestor do Fundo Municipal:

I - Coordenar a execução do Plano Anual de Aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, elaborado e aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - Executar e acompanhar o ingresso de receitas e o pagamento das despesas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - Emitir empenhos, cheques e ordens de pagamento das despesas do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - Fornecer o comprovante de doação/destinação ao contribuinte, contendo a identificação do órgão do Poder Executivo, endereço e número de inscrição no CNPJ no cabeçalho e, no corpo, o número de ordem, nome completo do doador/destinador, CPF/CNPJ, endereço, identidade, valor efetivamente recebido, local e data, devidamente firmado em conjunto com o Presidente do Conselho, para dar a quitação da operação;

V - Encaminhar à Secretaria da Receita Federal a Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), por intermédio da Internet, até o último dia útil do mês de março, em relação ao ano calendário anterior;

VI - Comunicar obrigatoriamente aos contribuintes, até o último dia útil do mês de março a efetiva apresentação da Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), da qual conste, obrigatoriamente o nome ou razão social, CPF do contribuinte ou CNPJ, data e valor destinado;

VII - apresentar, trimestralmente ou quando solicitada pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, a análise e avaliação da situação econômico-financeira do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, através de balancetes e relatórios de gestão;

9/25

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba

www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
A71B187BFAF228066C0F673A6A7775B1

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba

www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
489EE192A7D51F9413125075DB00EE31

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

sexta-feira, 29 de maio de 2015 | Ano V - Edição nº 00428 | Caderno 1

Diário Oficial do **Município** 012

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio
GABINETE DO PREFEITO

VIII - Manter arquivados, pelo prazo previsto em lei, os documentos comprobatórios da movimentação das receitas e despesas do Fundo, para fins de acompanhamento e fiscalização;

IX - Observar, quando do desempenho de suas atribuições, o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme disposto no art. 4º, caput e parágrafo único, alínea b, da Lei nº 8.069 de 1990 e art. 227, caput, da Constituição Federal.

X - Manter os controles necessários dos recursos dos contratos e convênios de execução e projetos firmados com instituições particulares;

XI - Manter solidariamente com o diretor do departamento financeiro os cheques, ordens bancárias ou de crédito, necessários a movimentação dos recursos do fundo;

XII - Empenhar as despesas autorizadas e encaminhar a área contábil os documentos a serem registrados em balancete mensal.

Parágrafo único. Deverá ser emitido um comprovante para cada doador, mediante a apresentação de documento que comprove o depósito bancário em favor do Fundo, ou de documentação de propriedade, hábil e idônea, em se tratando de doação de bens.

Seção IV Dos recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

Art. 27. O Fundo Municipal da Criança e do Adolescente tem como receita:

I - Dotações consignadas anualmente no orçamento Municipal e as verbas adicionais que a lei possa estabelecer no decurso do período;

II - Recursos públicos que lhes forem destinados e consignados no Orçamento Municipal inclusive mediante transferências do tipo “fundo a fundo” entre as três esferas de governo, desde que previsto na legislação específica;

III - Dotações, auxílios, contribuições, subvenções, transferências e legados de entidades nacionais e internacionais, governamentais e não – governamentais;

IV - Contribuições de governos estrangeiros e de organismos internacionais multilaterais;

V - Doações de pessoas físicas e jurídicas sejam elas de bens materiais, imóveis ou recursos financeiros;

10/25

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba
www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
A71B187BFAF228066C0F673A6A7775B1

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba
www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
489EE192A7D51F9413125075DB00EE31

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

sexta-feira, 29 de maio de 2015 | Ano V - Edição nº 00428 | Caderno 1

Diário Oficial do **Município** 013

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio
GABINETE DO PREFEITO

VI - Resultado de aplicações no mercado financeiro, observada a legislação pertinente;

VII - Projetos de aplicações e recursos disponíveis e de venda de matérias, publicações e eventos;

VIII - Recursos provenientes de multas, concursos de prognósticos, dentre outros que lhe forem destinados de acordo com a Lei Federal nº 8.069/90 de 13 de julho de 1990.

IX - Destinações de receitas dedutíveis do Imposto de Renda, com incentivos fiscais, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações pertinentes.

§1º. As receitas descritas neste artigo serão depositadas obrigatoriamente em conta especial a ser aberta e mantida em agência de instituição financeira oficial;

§2º. A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá da existência de disponibilidade em função do cumprimento de programação.

Art. 28. Os recursos consignados no orçamento do Município devem compor o orçamento dos respectivos Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de forma a garantir a execução dos planos de ação elaborados pelo Conselho do Direito.

Art. 29. A definição quanto à utilização dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, deve competir única e exclusivamente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 30. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá fixar percentual de retenção dos recursos captados, em cada chancela, de no mínimo 20% (vinte) por cento ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 31. O tempo de duração entre a aprovação do projeto e a captação dos recursos não deverá ser superior a 2 (dois) anos.

Art. 32. O nome do doador ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente só poderá ser divulgado mediante sua autorização expressa, respeitado o que dispõe o Código Tributário Nacional.

Capítulo IV Do Conselho Tutelar

11/25

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba

www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
A71B187BFAF228066C0F673A6A7775B1

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba

www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
489EE192A7D51F9413125075DB00EE31

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

sexta-feira, 29 de maio de 2015 | Ano V - Edição nº 00428 | Caderno 1

Diário Oficial do **Município** 014

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio
GABINETE DO PREFEITO

Seção I

Da criação, natureza e organização do Conselho Tutelar.

Art. 33. Fica criado o Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos Direitos da Criança e do Adolescente como definidos em Lei Federal e nesta lei.

Art. 34. A organização do Conselho Tutelar obedecerá aos seguintes critérios:

I - Instalação prioritária em área de fácil acessibilidade para a população do município;

II - Funcionamento ininterrupto, inclusive nos finais de semana e feriados, conforme o regimento interno do Conselho Tutelar.

Art. 35. O quadro técnico administrativo necessário ao funcionamento do Conselho Tutelar será integrado por servidores públicos municipais, por requisição do Conselho Tutelar, preferencialmente os que possuírem experiência e aptidão no trato com Crianças e Adolescentes.

Art. 36. Em caso de necessidade de serviços especializados, o Conselho Tutelar poderá solicitar servidores municipais de outros órgãos públicos de acordo com a disponibilidade dos seus Órgãos de origem.

Art. 37. A utilização de consultorias, assessoria ou perícia desenvolvida por particulares só poderá ocorrer mediante aprovação do colegiado, no caso de impossibilidade da realização desses serviços por entidades públicas.

Art. 38. Compete ao Conselho Tutelar, além do definido em legislação Federal:

I - Elaborar a sua proposta orçamentária, encaminhando ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Poder Executivo;

II - Providenciar e articular apoio, quando necessário ao Funcionamento do Conselho Tutelar;

III - Acompanhar junto às autoridades o ajuste de mecanismos de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

IV - Elaborar o seu Regimento Interno observado os parâmetros, normas definidas pela Lei nº 8.069, de 1990 e por esta lei, e pelas resoluções do CONANDA.

12/25

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba

www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
A71B187BFAF228066C0F673A6A7775B1

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba

www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
489EE192A7D51F9413125075DB00EE31

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

sexta-feira, 29 de maio de 2015 | Ano V - Edição nº 00428 | Caderno 1

Diário Oficial do **Município** 015

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio
GABINETE DO PREFEITO

§1º. A proposta do Regimento Interno deverá ser encaminhada ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para apreciação, sendo lhes facultado, o envio de propostas de alteração.

§2º. Aprovado o Regimento Interno do Conselho Tutelar será publicado no Diário Oficial ou afixado em local visível na sede do órgão e encaminhado aos Órgãos da área da infância e juventude existentes no município de São Domingos do Capim.

Seção II

Do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar

Art. 39. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá, preferencialmente, observar as seguintes diretrizes:

I - Processo de escolha mediante sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do município de Teodoro Sampaio realizado em data unificada em todo território nacional, a cada quatro anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição para Presidência da República, sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com participação dos Poderes Executivo e Legislativo Municipais, na medida de suas competências;

II - candidatura individual, não sendo admitida a composição de chapas;

III - fiscalização pelo Ministério Público Estadual; e

IV - a posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

Art. 40. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deve publicar o edital do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, com antecedência de no mínimo 06 (seis) meses antes do dia do certame descrito no art. 39, I, desta Lei, observadas as resoluções do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, orientações do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente da Bahia, e esta Lei, referente ao Conselho Tutelar.

§ 1º O edital do processo de escolha deverá prever, entre outras disposições:

a) o calendário com as datas e os prazos para registro de candidaturas, impugnações, recursos e outras fases do certame,

13/25

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba

www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
A71B187BFAF228066C0F673A6A7775B1

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba

www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
489EE192A7D51F9413125075DB00EE31

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

sexta-feira, 29 de maio de 2015 | Ano V - Edição nº 00428 | Caderno 1

Diário Oficial do **Município** 016

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio
GABINETE DO PREFEITO

b) a documentação a ser exigida dos candidatos, como forma de comprovar o preenchimento dos requisitos no art. 41 desta Lei.

c) as regras de divulgação do processo de escolha, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções previstas em Lei Municipal de criação dos Conselhos Tutelares;

d) criação e composição de comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha, qual deverá ser constituída por composição paritária entre conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, observados impedimentos legais relativos a grau de parentesco de servir no mesmo Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais órgãos públicos, conforme dispõe o art. 32 da Lei Municipal nº 476/2005 ;

e) formação dos candidatos escolhidos como titulares e dos 5 (cinco) primeiros candidatos suplentes, em até 01 (um) mês após a posse, constando os seguintes temas: legislação básica relacionada à área da infância e da juventude (Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Resoluções dos Conselhos de Direito, entre outras) e conhecimento da realidade municipal.

f) adoção de outros critérios, observadas as resoluções do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, orientações do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente da Bahia, a Lei Federal n.º 8.069, de 1990 e esta Lei;

Art. 41. Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar serão exigidos seguintes requisitos:

I - reconhecida idoneidade moral, atestada por (02) duas pessoas alistadas eleitoralmente no município ou área de jurisdição do respectivo Conselho Tutelar, observados impedimentos legais relativos a grau de parentesco do art. 32 da Lei Municipal nº 476/2005;

II - idade igual ou superior a 21 (vinte e um anos) na data da inscrição de candidatura;

III – residir e ter domicílio eleitoral no município de, no mínimo, 02 (dois) anos, comprovadamente;

IV – possuir escolaridade de ensino médio, ou correspondente, no mínimo, na data da inscrição de candidatura;

14/25

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba

www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
A71B187BFAF228066C0F673A6A7775B1

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba

www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
489EE192A7D51F9413125075DB00EE31

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

sexta-feira, 29 de maio de 2015 | Ano V - Edição nº 00428 | Caderno 1

Diário Oficial do **Município** 017

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio
GABINETE DO PREFEITO

V- atuação na área da infância e juventude de, no mínimo, 01 (um) ano no município, relacionada à promoção, proteção, protagonismo, controle social e gestão da política dos direitos da criança e do adolescente, em até 01 (uma) instituição registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

IV – apresentação das certidões negativas da Polícia Civil, Polícia Federal e da Justiça Estadual e Justiça Federal;

VII - participação em curso de capacitação, de caráter não-eliminatório e realizado antes do pleito;

VIII - aprovação em processo avaliativo, por meio de aplicação de prova, de caráter eliminatório, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente;

IX- apresentação de declaração que tenha disponibilidade em exercer a função pública de Conselheiro Tutelar em caráter exclusivo, sob as penas das sanções legais.

Art. 42 – A prova descrita no inciso VIII do artigo anterior constará de 20 (vinte) questões objetivas, com pontuação máxima 10 (dez) pontos, sendo aprovado o candidato que obtiver nota mínima de 05 (cinco) pontos.

§ 1.º A prova será formulada por uma comissão examinadora designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, facultando-lhes a contratação de pessoa jurídica, de ensino e pesquisa e/ou de reconhecida atuação na área da infância e juventude, por meio de edital de chamada pública, para execução e aplicação dos certames, conforme disposição da Lei Federal n.º 8.666/1993.

§ 2.º Os critérios de avaliação e nível de exigência, bem como a relação de aprovados nos certames, deve constar em resolução própria do CMDCA, cabendo a este assegurar prazo para interposição de recurso junto à comissão especial eleitoral, respeitando-se os princípios da ampla defesa e do contraditório, do devido processo legal, e da publicidade, a partir da data da publicação dos resultados no Diário Oficial do Município, ou meio equivalente.

Art. 43. O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes devidamente habilitados.

§ 1º Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo por uma única vez para inscrição de novas candidaturas, sem prejuízo da data do certame do processo unificado especificado no art. 39 desta Lei e da garantia de posse dos novos conselheiros ao término do mandato em curso.

15/25

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba

www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
A71B187BFAF228066C0F673A6A7775B1

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba

www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
489EE192A7D51F9413125075DB00EE31

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

sexta-feira, 29 de maio de 2015 | Ano V - Edição nº 00428 | Caderno 1

Diário Oficial do **Município** 018

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio
GABINETE DO PREFEITO

§ 2.º Caso não se atinja o número mínimo especificado no caput, realizar-se-á o certame com os números de inscrições que houver.

§ 3º Em qualquer caso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá envidar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

Art. 44. Os 5 (cinco) candidatos escolhidos serão nomeados e empossados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e os demais candidatos seguintes serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

§ 1º O mandato será de 4 (quatro) anos, permitida uma única recondução, mediante novo processo de escolha.

§ 2º O conselheiro tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente.

Art. 45. No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, será utilizada a lista de eleitores do município de Teodoro Sampaio, relativa à jurisdição do respectivo Conselho Tutelar, cujos votos, preferencialmente, devem ser colhidos em urnas eletrônicas, cabendo ao Poder Executivo Municipal firmar convênio próprio com o Tribunal Regional Eleitoral para este fim.

Art. 46. Caberá, ainda, ao Poder Executivo Municipal e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente o firmamento de cooperação e parceria com órgãos do Poder Público e instituições de iniciativa privada, quando necessário, para melhor acompanhamento, apoio e fiscalização do processo de escolha para o Conselho Tutelar local, bem como para apuração do descumprimento das normas de garantia dos direitos das crianças e adolescentes, especialmente as contidas na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e requisição de implementação desses atos normativos por meio de medidas administrativas e judiciais, se cabíveis.

Art. 47. No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

Art. 48. O Poder Executivo Municipal deverá garantir dotações orçamentárias e financeiras próprias para a efetivação plena do processo de escolha ao Conselho Tutelar, sem ônus para o respectivo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, garantindo o cumprimento das resoluções do

16/25

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba
www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
A71B187BFAF228066C0F673A6A7775B1

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba
www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
489EE192A7D51F9413125075DB00EE31

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

sexta-feira, 29 de maio de 2015 | Ano V - Edição nº 00428 | Caderno 1

Diário Oficial do **Município** 019

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio
GABINETE DO PREFEITO

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, orientações do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente da Bahia, da Lei Federal n.º 8.069, de 1990, e desta Lei.

Seção III Do Exercício da Função

Art. 49. O início do exercício da função dar-se-á mediante posse na mesma.

Art. 50. O Conselho Tutelar funcionará ininterruptamente, inclusive aos finais de semana e feriados;

Art. 51. O regimento interno definirá as escalas de serviço, as folgas compensatórias, os critérios para o regime de plantão e a jornada diária a que estão sujeitos os Conselheiros Tutelares, de no mínimo 30 (trinta) horas semanais.

Art. 52. Os Conselheiros perderão:

I - A remuneração do dia, se não compareceram ao serviço;

II - A parcela da remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, igual ou superior a trinta minutos.

Art. 53. O atendimento à população será feito individualmente por cada conselheiro, ad referendum do Conselho.

Art. 54. O Conselho designará sempre mais de um dos seus membros para cumprimento da atribuição, submetidos seus relatórios, pareceres ou propostas à aprovação do colegiado, aos casos de:

I - Fiscalização de entidades;

II – Fiscalização de Órgãos públicos.

Art. 55. No atendimento à população, é vedado aos conselheiros:

I – Expor criança ou adolescente a risco ou a pressão física e psicológica;

II – Quebrar o sigilo dos casos;

III – Apresentar conduta incompatível com o exercício do cargo;

17/25

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba

www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
A71B187BFAF228066C0F673A6A7775B1

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba

www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
489EE192A7D51F9413125075DB00EE31

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

sexta-feira, 29 de maio de 2015 | Ano V - Edição nº 00428 | Caderno 1

Diário Oficial do **Município** 020

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio
GABINETE DO PREFEITO

IV – Receber ou exigir honorários, custas ou quaisquer outras vantagens a título de remuneração pelo serviço prestado à comunidade.

Art. 60. O Conselheiro eleito caso seja servidor público municipal, será colocado à disposição do Conselho Tutelar, podendo optar pelo vencimento do seu órgão de origem, ou do próprio Conselho Tutelar, pelo tempo que durar o exercício efetivo do mandato, contando esse tempo para todos os direitos legais, vedada qualquer forma de acumulação da remuneração.

Art. 61. A função de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada.

Seção IV Dos Direitos e Vantagens

Art. 62. Os membros do Conselho Tutelar terão remuneração tomada por base..(ver possibilidade ou não de equiparar a remuneração do Conselheiro com outros cargos públicos ou inserir piso salarial)...

Parágrafo único. O reajuste do subsídio dos membros do Conselho Tutelar se fará na mesma época e pelo mesmo índice utilizados para reajustar o vencimento dos servidores públicos municipais.

Art. 63. Os Conselheiros Tutelares no exercício efetivo de seus mandatos serão assegurados, ao efetivo exercício da função, os seguintes direitos:

- I - Cobertura previdenciária;
- II - Gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;
- III - Licença-maternidade;
- IV - Licença-paternidade;
- V - Gratificação natalina;
- VI - Licença para tratamento de saúde;
- VII - Licença para tratamento de saúde por acidente em serviço;
- VIII - Licença para tratamento de saúde em pessoa da família;
- IX - Diárias;

§1. O município deverá proceder ao desconto dos vencimentos dos Conselheiros Tutelares, e repassar ao INSS;

§2. O Conselheiro Tutelar fará jus a trinta dias de férias a cada período de doze meses de efetivo exercício da função.

§3. A remuneração de 1/3 (um terço) das férias se dará no início do mês;

18/25

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba
www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
A71B187BFAF228066C0F673A6A7775B1

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba
www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
489EE192A7D51F9413125075DB00EE31

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

sexta-feira, 29 de maio de 2015 | Ano V - Edição nº 00428 | Caderno 1

Diário Oficial do **Município** 021

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio
GABINETE DO PREFEITO

§4. A licença maternidade será de cento e oitenta dias;

§5. A licença paternidade será de oito dias;

§6. A gratificação natalina deverá ser pago até o dia 20 (vinte) de dezembro, correspondente a um duodécimo do subsídio devido por mês de serviço do ano correspondente;

§7. Licença para tratamento de saúde, será concedida até noventa dias, com base em perícia médica com pagamento integral dos vencimentos pelo município, após este período o Conselheiro será encaminhado para o INSS;

§8. Passado noventa dias, de licença para tratamento de saúde, o Conselheiro Tutelar que não poder retornar a função será destituído do mandato;

§9. Será concedida ao Conselheiro Tutelar, por até seis meses, licença para tratamento de saúde por acidente em serviço, com base em perícia médica.

§10. Para a concessão de licença para tratamento de saúde por acidente em serviço, considera-se acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo conselheiro que se relacione com o exercício das suas atribuições;

§11. Equipara-se ao acidente em serviço o dano:

- a) Decorrente de agressão sofrida e não provocada, pelo Conselheiro no exercício de suas funções;
- b) Sofrido no percurso da residência para o trabalho e vice-versa;
- c) Sofrido no percurso para o local de refeição ou volta dele, no intervalo do trabalho.

§12. Licença para tratamento de saúde em pessoa da família, se dará por trinta dias com pagamento integral dos vencimentos pelo município, após este período será concedido licença sem vencimento, por mais dois meses, sem prorrogação;

§13. A Licença para tratamento de saúde em pessoa da família, caso seja necessário, será concedido uma única vez a cada doze meses;

§14 As diárias serão concedidas aos Conselheiros Tutelares que saírem do município a serviço eleitoral.

Art. 64. Todas as vantagens previstas neste artigo obedecerão estritamente os critérios para a sua concessão e gozo, de acordo com o regime jurídico único do município de Teodoro Sampaio.

19/25

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba

www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
A71B187BFAF228066C0F673A6A7775B1

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba

www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
489EE192A7D51F9413125075DB00EE31

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

sexta-feira, 29 de maio de 2015 | Ano V - Edição nº 00428 | Caderno 1

Diário Oficial do **Município** 022

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio
GABINETE DO PREFEITO

Art. 65. O membro do Conselho Tutelar que se desvincular do mesmo, perceberá o abono de que trata o inciso V do Art. 62 proporcionalmente aos meses de exercício, calculado do mês do afastamento.

Parágrafo único. O abono não será considerado para cálculo de qualquer vantagem pecuária.

Seção V Do Tempo de Serviço

Art. 66. O exercício efetivo da função pública do Conselheiro Tutelar será considerado tempo de serviço público para os fins estabelecidos em lei.

Art. 67. Caso o Conselheiro Tutelar servidor ou empregado público municipal, seu tempo de serviço na função somente não será contado para fins de promoção por merecimento.

Art. 68. A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos de trezentos e sessenta e cinco dias.

Seção VI Dos Deveres

Art. 69. São deveres dos Conselheiros Tutelares:

- I – Exercer com zelo as suas atribuições;
- II – Observar as normas legais e regulamentares;
- III – Atender com presteza ao público em geral a ao Poder Público prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;
- IV – Zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;
- V – Manter conduta compatível com a natureza da função que desempenhar;
- VI – Guardar sigilo sobre assuntos de que tomar conhecimento, exceto para atender a requerimento de autoridades competentes;
- VII – Ser assíduo e pontual;
- VIII – Tratar com urbanidade as pessoas.
- IX - Encaminhar relatório semestralmente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, ao Ministério Público e ao juiz da Vara da Infância e da Juventude, contendo a síntese dos dados referentes ao exercício de suas atribuições, bem como as demandas e deficiências na implementação das políticas públicas, de modo que sejam definidas estratégias e deliberadas providências necessárias para solucionar os problemas existentes.

20/25

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba
www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
A71B187BFAF228066C0F673A6A7775B1

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba
www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
489EE192A7D51F9413125075DB00EE31

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

sexta-feira, 29 de maio de 2015 | Ano V - Edição nº 00428 | Caderno 1

Diário Oficial do **Município** 023

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio
GABINETE DO PREFEITO

Art. 70. O poder público municipal fica obrigado a fornecer funcionários ou contratar assessoria particular para auxiliar o Conselho Tutelar na coleta, armazenamento e tabulação de dados para o encaminhamento das informações relativas às demandas e deficiências das políticas públicas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e aos outros órgãos.

Seção VII Das Proibições e Impedimento

Art. 71. Ao Conselheiro Tutelar é proibido:

- I – Ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo por necessidade do serviço ou emergência pessoal devidamente comprovada;
- II – Recusar fé a documento público;
- III – Opor resistência injustificada ao andamento do serviço;
- IV – Cometer e submeter à pessoa que não seja membro de Conselho Tutelar o desempenho de atribuições que não seja da responsabilidade da mesma;
- V – Valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem;
- VI – Proceder de forma desidiosa;
- VII – Exercer qualquer atividade pública ou privada;
- VIII – Exceder-se no exercício da função abusando de suas atribuições especificadas;
- IX – Participar ou fazer propaganda político-partidário no exercício das suas atribuições ou durante o atendimento na sede do Conselho Tutelar;
- X – Celebrar acordo para resolver conflito de interesse envolvendo crianças e adolescentes.

Art. 72. O exercício do cargo de Conselheiro Tutelar não pode ser acumulado com qualquer função pública ou privada, inclusive cargo de confiança da administração e cargo público eletivo.

Art. 73. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar, marido e mulher, ascendente, sogro ou nora, irmão, cunhada, cunhado, tio e sobrinho, padrasto e madrasta e enteado.

Parágrafo único. Entende-se o impedimento do Conselheiro Tutelar, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária a ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca.

Seção VIII Da vacância e da perda do mandato dos Conselheiros

21/25

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba
www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
A71B187BFAF228066C0F673A6A7775B1

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba
www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
489EE192A7D51F9413125075DB00EE31

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

sexta-feira, 29 de maio de 2015 | Ano V - Edição nº 00428 | Caderno 1

Diário Oficial do **Município** 024

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio
GABINETE DO PREFEITO

Art. 74. A vacância da função decorrerá de:

- I – Renúncia;
- II – Falecimento;
- III - Aplicação de sanção administrativa de destituição da função;
- IV - Condenação por sentença transitada em julgado pela prática de crime;
- V – Posse em cargo, emprego, função pública ou emprego na iniciativa privada remunerada ou mandato eletivo partidário;
- VI – Decisão judicial que determine a destituição;

Art. 75. Os Conselheiros Tutelares titulares serão substituídos pelos suplentes nos seguintes casos:

- I – Vacância da função;
- II - Licença ou suspensão do titular que exceder a trinta dias;
- III - Férias do titular;
- IV - Licença-maternidade;
- V – Licença para tratamento de saúde;
- VI – Licença para tratamento de saúde por acidente em serviço;
- VII – Licença para tratamento de saúde em pessoa da família.

Parágrafo único. O suplente, no efetivo exercício de função de Conselheiro Tutelar, perceberá subsídio proporcional ao exercício e terá os mesmos direitos, vantagens e deveres do titular.

Art. 76. Perderá o mandato o conselheiro que faltar injustificadamente a três sessões ordinária do Conselho Tutelar consecutivas, ou cinco alternativas, no mesmo ano, ou for condenado por sentença irrecorrível pela prática dolosa de crime ou contravenção penal.

I - A perda do mandato será decretada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, depois do devido processo no qual se assegure ampla defesa.

II - A comprovação dos fatos previstos no art. 70, e que importam também na perda do mandato, se fará através de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar instaurado em primeiro por ofício pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por requisição da autoridade Judiciária ou do Ministério Público, ou por solicitação de qualquer cidadão.

Seção IX

Das penalidades

22/25

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba
www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
A71B187BFAF228066C0F673A6A7775B1

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba
www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
489EE192A7D51F9413125075DB00EE31

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

sexta-feira, 29 de maio de 2015 | Ano V - Edição nº 00428 | Caderno 1

Diário Oficial do **Município** 025

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio
GABINETE DO PREFEITO

Art. 77. São penalidades disciplinares aplicáveis aos membros do Conselho Tutelar:

- I – advertência;
- II – suspensão;
- III – destituição da função pública do Conselheiro Tutelar.

Art. 78. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela advirem para a sociedade ou serviços públicos, os antecedentes da função, bem como as circunstâncias agravantes e atenuantes.

Art. 79. A advertência será aplicada por escrito nos casos de violação das proibições constante dos incisos I, II e III do art. 70 de inobservância de dever funcional prevista em lei, regulamento ou normas internas do conselho que não justifique imposição de penalidades mais grave.

Art. 80. A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas com advertência não podendo exceder a trinta dias, implicando o não pagamento do subsídio pelo prazo de sua duração.

Art. 81. O conselheiro será destituído da função quando:

- I – Praticar crime contra a Administração Pública ou contra a criança e o adolescente;
- II – Deixar de cumprir as obrigações contidas na lei federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- III – Causar ofensa física ou verbal em serviço, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
- IV – Usar da função em benefício próprio;
- V – Romper sigilo em relação aos casos atendidos pelo Conselho Tutelar;
- VI – Manter conduta incompatível com o cargo que ocupa ou exceder-se no exercício da função de modo a exorbitar a sua atribuição, abusando da autoridade que lhe foi conferida;
- VII – Recusar-se a prestar atendimento ou omitir-se a isso quanto ao exercício de suas atribuições como Conselheiro Tutelar;
- VIII – Receber em razão ao cargo, valores que não correspondem a sua remuneração;
- IX – For condenado por sentença transitada e julgado pela prática de crime ou contravenção penal;
- X – Exercer cargo, emprego, função pública ou na iniciativa privada remunerada;

Parágrafo único. Verificando a hipótese prevista no art. 73, o Conselho Municipal dos Direitos, declarará a vacância do cargo de Conselheiro Tutelar,

23/25

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba
www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
A71B187BFAF228066C0F673A6A7775B1

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba
www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
489EE192A7D51F9413125075DB00EE31

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

sexta-feira, 29 de maio de 2015 | Ano V - Edição nº 00428 | Caderno 1

Diário Oficial do **Município** 026

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio
GABINETE DO PREFEITO

dando posse imediatamente ao primeiro suplente assim como outras providências.

Seção X
Do Processo Administrativo Disciplinar

Art. 82. O membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que tiver ciência de irregularidade no Conselho Tutelar é obrigado a tomar as providências necessárias para a sua imediata apuração, mediante sindicância e/ou processo administrativo disciplinar, assegurados ao acusado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 83. Para apuração de denúncia/representação contra membro do Conselho Tutelar serão feito os procedimentos abaixo:

I - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente baixará resolução autorizando a abertura de Sindicância e a Secretaria Municipal da Assistência Social baixará portaria designando no mínimo três funcionários públicos efetivos para comporem a sindicância.

II - A Comissão Sindicante apresentará seu parecer ao pleno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para ser aprovado ou não.

III - Da sindicância que não excederá o prazo de trinta dias poderá resultar:

- 1 - o arquivamento da denúncia/representação;
- 2 - A instauração do Processo Administrativo Disciplinar.

IV - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente aprovando o Processo Administrativo Disciplinar baixará resolução e a Secretaria Municipal da Assistência Social baixará portaria designando no mínimo três funcionários efetivos para comporem o Processo Administrativo Disciplinar;

V - A Comissão do Processo Administrativo Disciplinar apresentará seu parecer ao pleno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para ser aprovado ou não.

VI - Do Processo Administrativo Disciplinar, que não excederá o prazo de noventa dias, poderá resultar:

- 1 - O arquivamento da denúncia/representação;
- 2 - Advertência;
- 3 - Suspensão;
- 4 - Destituição da função pública de Conselheiro Tutelar.

VII - Como medida cautelar e afim de que o Conselheiro Tutelar não venha a interferir na apuração dos fatos, poderá Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente determinar o seu afastamento do exercício da

24/25

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba

www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
A71B187BFAF228066C0F673A6A7775B1

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba

www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
489EE192A7D51F9413125075DB00EE31

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

sexta-feira, 29 de maio de 2015 | Ano V - Edição nº 00428 | Caderno 1

Diário Oficial do **Município** 027

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio
GABINETE DO PREFEITO

função, pelo prazo que durar o Processo Administrativo Disciplinar, sem prejuízo da remuneração e convocar o suplente.

Art. 84. O Membro do Conselho Tutelar que for destituído da Função Pública de Conselheiro Tutelar, não poderá exercer cargo público municipal por um período de cinco anos.

Capítulo V
Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 85. Os recursos necessários ao funcionamento e a manutenção do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar deverá constar no orçamento da Secretaria Municipal da Assistência Social, ficando, o Poder Executivo, a proceder todos os ajustes orçamentários necessários ao cumprimento das despesas.

Art. 86. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente elaborará um plano de Formação anual para os operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Teodoro Sampaio sobre a política voltada à criança e ao adolescente.

Art. 87. Os membros do Conselho Tutelar, após serem eleitos, terão formação mínima de 40 (quarenta) horas, sobre as suas atribuições, sob a responsabilidade do CMDCA.

Art. 88. O exercício da função do Conselheiro Tutelar é serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Art. 89. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 90. Fica revogada a lei de nº 476 de 10 de novembro de 2005.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO, ESTADO DA BAHIA, EM 27 DE MAIO DE 2015.

AKIRA SUGA
Prefeito Municipal

MARCOS LEITE SOUZA
Chefe de Gabinete Interino

25/25

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba
www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
A71B187BFAF228066C0F673A6A7775B1

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba
www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
489EE192A7D51F9413125075DB00EE31

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- 3. LEI MUNICIPAL Nº 574, DE 20 DE JUNHO DE 2013.** Institui o Programa Jovem Aprendiz no âmbito do Município de Teodoro Sampaio - Bahia, e dá outras providências.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

segunda-feira, 15 de julho de 2013 | Ano III - Edição nº 00177

Diário Oficial do **Município** 003

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

Lei



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 574 DE 20 DE JUNHO DE 2013.

Institui o Programa Jovem Aprendiz no âmbito do Município de Teodoro Sampaio - Bahia, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO, ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica autorizada a implantação, no âmbito da administração direta, autarquias e fundações municipais, do Programa Jovem Aprendiz de Teodoro Sampaio-Bahia, através de entidades públicas ou privadas, previamente inscritas no CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma do art. 431 da CLT.

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 2º. O Programa Jovem Aprendiz de Teodoro Sampaio tem por objetivos:

- I** – Proporcionar aos aprendizes inscritos formação técnico-profissional, que possibilite oportunidade de ingresso no mundo do trabalho;
- II** – Ofertar aos aprendizes condições favoráveis para exercer a aprendizagem profissional e formação pessoal;
- III** – Estimular a inserção, reinserção e manutenção dos aprendizes no sistema educacional, a fim de garantir seu processo de escolarização;
- IV** – Oportunizar ao aprendiz a contribuição no orçamento familiar;
- V** – Garantir meios que possibilitem ao aprendiz a efetivação do exercício da cidadania.

Art. 3º. Para a consecução dos objetivos de que trata a presente lei fica, portanto, o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio, contrato, acordo, ajuste, termo de parceria ou outro instrumento semelhante com entidades sociais sediadas neste município que assistam tais jovens, nos termos do Decreto Federal nº 5.598/05, e respeitadas as disposições das legislações existentes.

Parágrafo único. Deverá ser firmado um Termo específico para cada entidade.

1

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba

www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
2373AC3DE8BAAA80F29BFEADEC613FE5

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba

www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
489EE192A7D51F9413125075DB00EE31

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

segunda-feira, 15 de julho de 2013 | Ano III - Edição nº 00177

Diário Oficial do **Município** 004

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio
GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO II DAS RESPONSABILIDADES

Art. 4º. Fica sob responsabilidade do Município de Teodoro Sampaio, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, em convênio com entidades sem fins lucrativos ou entidade autorizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego para formação profissional, a execução do "Programa Jovem Aprendiz", com a finalidade de preparar, encaminhar e acompanhar estes jovens para a inserção no mercado de trabalho e cursos profissionalizantes.

Parágrafo único. As entidades sem fins lucrativos de que trata o caput deste artigo contratarão os adolescentes e jovens inscritos no programa sob regime de contrato de aprendizagem, observadas as disposições da CLT e da Lei Federal nº 10.097/2000.

CAPÍTULO III DO APRENDIZ

Art. 5º. O Programa de que trata esta lei será dirigido a adolescentes e jovens com idade entre 14 (quatorze) e 24 (vinte e quatro) anos, oriundos de famílias com renda *per capita* inferior ou igual (1/4)(um quarto) do salário mínimo, conforme a LOAS- Lei Orgânica de Assistência Social- Lei nº 8.742, 07 de dezembro de 1993, que estejam cursando a educação básica e atendam as seguintes condições:

- I – ter concluído ou estar cursando a educação básica na rede pública municipal ou estadual (regular e supletivo ou especial), ou bolsista integral da rede privada;
- II – não manter qualquer tipo de vínculo empregatício ou de prestação de serviço formal;
- III – comprovar ser residente no Município por um período mínimo de 12 (doze) meses.

§ 1º. A idade máxima prevista no *caput* deste artigo não se aplica a aprendizes com deficiência.

§ 2º. Ao aprendiz com idade inferior a 18 (dezoito) anos é assegurado o respeito à sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

§ 3º. A contratação de aprendizes deverá atender prioritariamente aos adolescentes entre 14 (quatorze) e 18 (dezoito) anos, exceto quando:

- I – as atividades práticas de aprendizagem ocorrerem no interior do estabelecimento, sujeitando os aprendizes a insalubridade ou a periculosidade, sem que se possa elidir o risco ou realizá-las integralmente em ambiente simulado;

2

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba
www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
2373AC3DE8BAA8DF29BFEADEC613FE5

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba
www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
489EE192A7D51F9413125075DB00EE31

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

segunda-feira, 15 de julho de 2013 | Ano III - Edição nº 00177

Diário Oficial do **Município** 005

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio GABINETE DO PREFEITO

II – a lei exigir, para o desempenho das atividades práticas, licença ou autorização vedada para pessoas com idade inferior a 18 (dezoito) anos; e

III – a natureza das atividades práticas for incompatível com o desenvolvimento físico, psicológico e moral dos adolescentes aprendizes.

§ 4º. A aprendizagem para as atividades relacionadas nos incisos do parágrafo anterior deverá ser ministrada para jovens de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos.

Art. 6º. Dentre os jovens que atendam aos critérios descritos no artigo anterior, terão prioridade aqueles que se encontre em uma das seguintes condições:

I – sejam provenientes de famílias abaixo do nível de pobreza ou sem renda;

II – que estejam em situação de vulnerabilidade e/ou exploração de trabalho proibido por lei;

III – tenha(m) filho(s);

IV – pessoas com deficiência, observado o grau de dificuldade e compatibilidade para o exercício das atividades de aprendizagem;

V – tenham ou estejam cumprindo Liberdade Assistida, Prestação de Serviços à Comunidade, ou outras medidas sócio-educativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e na legislação vigente.

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS

Art. 7º. São atribuições gerais do Município de Teodoro Sampaio:

I – Disponibilizar a infra-estrutura física e material dos ambientes de ensino;

II – Disponibilizar profissionais habilitados para apoiar as ações: professores, assistente social, orientador educacional, pedagogo e psicólogo, e outros.

III – Remunerar outros profissionais necessários ao desenvolvimento do programa;

IV – Fornecer alimentação e transporte para os alunos, quando necessário.

Art. 8º. Compete as Entidades Sem Fins Lucrativos – cadastradas junto do Ministério do Trabalho e Emprego que possuam aptidão para ministrar cursos de formação técnico-profissional metódica:

I – Realizar acompanhamento pedagógico;

II – Disponibilizar material didático aos participantes do curso;

III – Realizar a capacitação metodológica dos docentes;

IV – Participar da avaliação conjunta de resultados, colaborando no processo de análise crítica e contribuindo para a identificação de oportunidades de melhoria;

3

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba

www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
2373AC3DE8BAA8DF29BFEADEC613FE5

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba

www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
489EE192A7D51F9413125075DB00EE31

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

segunda-feira, 15 de julho de 2013 | Ano III - Edição nº 00177

Diário Oficial do **Município** 006

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio GABINETE DO PREFEITO

V – Emitir certificado de qualificação profissional aos aprendizes que concluírem o programa de aprendizagem com aproveitamento satisfatório;

VI – Oferecer estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como, acompanhar e avaliar os resultados.

Art. 9º. Entende-se por formação técnico-profissional metódica para os efeitos do contrato de aprendizagem as atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho.

Parágrafo único. A formação técnico-profissional metódica de que trata o *caput* deste artigo realiza-se por programas de aprendizagem organizados e desenvolvidos sob a orientação e responsabilidade das entidades devidamente qualificadas em formação técnico-profissional metódica definida nesta lei.

Art. 10. Para acompanhamento do Programa, deverão ser comprovados mensalmente: no mínimo 85% (oitenta e cinco por cento) de frequência dos jovens no Curso; e o aproveitamento individual (nota) de cada aluno de no mínimo 6,0 (seis).

CAPÍTULO V DA FORMAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL METÓDICA

Art. 11. As aulas teóricas do programa de aprendizagem devem ocorrer em ambiente físico adequado ao ensino, e com meios didáticos apropriados. Consistirá na preparação do jovem, através da abordagem dos seguintes aspectos:

I – inclusão digital;

II – noções gerais de rotina de trabalho;

III – apoio à elevação da escolaridade, proporcionando reforço em gramática, redação e leitura, conhecimentos gerais, matemática básica e filosofia;

IV – cidadania, ética e valores humanos, oferecendo atividades que alcancem as questões relacionadas à saúde, relações interpessoais, educação sócio-ambiental, protagonismo juvenil e projeto de vida.

§ 1º. As aulas teóricas podem se dar sob a forma de aulas demonstrativas no ambiente de trabalho, hipótese em que é vedada qualquer atividade laboral do aprendiz, ressalvado o manuseio de materiais, ferramentas, instrumentos e assemelhados.

§ 2º. É vedado ao responsável pelo cumprimento da cota de aprendizagem cometer o aprendiz a atividades diversas daquelas previstas no programa de aprendizagem.

4

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba

www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
2373AC3DE8BAA8DF29BFEADEC613FE5

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba

www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
489EE192A7D51F9413125075DB00EE31

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

segunda-feira, 15 de julho de 2013 | Ano III - Edição nº 00177

Diário Oficial do **Município** 007

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio
GABINETE DO PREFEITO

§ 3º. O programa de aprendizagem de que trata o caput deste artigo deverá ser executado conjuntamente entre a Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Educação de acordo com a realidade do município de Teodoro Sampaio.

CAPÍTULO VI **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 12. A equipe técnica deverá realizar reuniões periódicas, com a participação dos aprendizes, pais ou responsáveis, para avaliação e atividade de caráter educativo.

Art. 13. O Conselho Tutelar do município é o órgão responsável por fiscalizar o Programa Jovem Aprendiz no que se refere ao trabalho dos aprendizes adolescentes.

Art. 14. Para cumprimento do disposto nesta Lei, a fim de garantir à implementação do "Programa Jovem Aprendiz", as despesas decorrentes correrão por conta de dotação orçamentária municipal, suplementada oportunamente, se necessário, utilizando-se de crédito especial, adicional ou suplementar, a ser aberto em época adequada mediante lei específica.

Art. 15. O Poder Executivo emitirá se necessário, os atos administrativos complementares e/ou suplementares à plena regulamentação desta Lei.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

TEODORO SAMPAIO, Estado da Bahia, 20 de junho de 2013.

AKIRA SUGA
Prefeito Municipal

REBECA TÁRIQUE DA SILVA MENEZES
Chefe de Gabinete

5

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba
www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
2373AC3DE8BAAA8DF29BFEADEC613FE5

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba
www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
489EE192A7D51F9413125075DB00EE31

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- 4. DECRETO MUNICIPAL Nº 03, DE 09 DE MARÇO DE 2018.** Institui no âmbito do Poder Executivo Municipal a Comissão Intersetorial responsável pela elaboração, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

quarta-feira, 14 de março de 2018 | Ano X - Edição nº 00862 | Caderno 1

Diário Oficial do **Município** 003

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

Decreto

**ESTADO DA BAHIA****PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO****DECRETO nº 03 de 09 de março de 2018.**

"Institui no âmbito do Poder Executivo Municipal a Comissão Intersetorial responsável pela elaboração, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TEODORO SAMPAIO, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a Lei Federal nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Poder Executivo Municipal, a Comissão Intersetorial responsável pela elaboração, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, sob a direção da Secretaria Municipal de Assistência Social, com a nomeação dos seguintes membros:

I – Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social – Sra. Maria Neuza Santos Souza;

II – Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – Sra. Virgínia Lúcia Gonçalves Valente;

III – Representante da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo – Sr. Jadilson Santos de Jesus;

IV – Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Econômico e Meio Ambiente – Sr. Gabriel Ernesto Falceta;

V – Representante da Secretaria Municipal de Saúde – Sra. Marilena Lúcia Santos Alves;

VI – Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) – Roque Teles;

VI – Representante do Conselho Tutelar – Sra. Maria da Conceição Cruz Gomes.

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba

www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
FEE804F33185F9BC8F1239443515A7A6

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba

www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
489EE192A7D51F9413125075DB00EE31

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

quarta-feira, 14 de março de 2018 | Ano X - Edição nº 00862 | Caderno 1

Diário Oficial do **Município** 004

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

**ESTADO DA BAHIA****PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO**

Art. 2º Compete à Comissão Intersetorial de Atendimento Socioeducativo do Município de Teodoro Sampaio/BA:

I – Elaborar, por meio do processo participativo, o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, definindo as ações que possibilitem complementar o atendimento de crianças e adolescentes, em conformidade com plano Nacional e respectivo Plano Estadual, e submetê-lo à deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;

II – articular os programas e serviços que compõem o Sistema de Garantia de Direitos para assegurar as competências, atribuições e recursos necessários;

III – Instituir pauta e agenda de compromisso conjunto para a elaboração do Plano;

V – estabelecer mecanismos de construção de diagnósticos das políticas, monitoramento das atividades programadas e ações desenvolvidas no âmbito do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo;

V – propor, às autoridades municipais competentes, a edição de normas complementares e a adoção das medidas cabíveis para a organização e funcionamento dos programas do Plano de Atendimento Socioeducativo;

Art. 3º - A participação na Comissão Intersetorial é considerada de interesse público relevante e, não será remunerada.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Teodoro Sampaio – Bahia, 09 de março de 2018.


José Alves da Cruz
Prefeito Municipal

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba

www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
FEE804F33185F9BC8F1239443515A7A6

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba

www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
489EE192A7D51F9413125075DB00EE31

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**5. ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO PLANO
MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DE TEODORO
SAMPAIO - BA (2018-2027).**

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

29

Ata de Audiência Pública realizada aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, na Câmara Municipal de Vereadores do município de Teodoro Sampaio no Estado da Bahia, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), presidido pelo senhor Roque Teles e promovida pela Secretaria Municipal da Assistência Social e Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). A audiência pública teve como objetivo apresentar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, afim de aprova-la, tendo sido iniciada às nove horas e vinte e oito minutos pela Secretária da Assistência Social, a senhora Leneize Adone dos Santos Santiago, que por sua vez, deu boas vindas aos presentes e explicou de maneira resumida o objetivo da realização desta Audiência e pediu a todos que fizessem de tudo para a execução do plano Nacional. Continuou anunciando os convidados, chamando-os para comparecer a mesa, sendo estes, o vice-prefeito do município, o senhor Eulálio Vilela; o presidente do CMDCA; o senhor Roque Teles; a vereadora Valde-lúcia Rios; a senhora Maria Neuza, representando o CRAS; a advogada, Dna. Lúcia Aurora; Maria da Conceição Gomes, representando o Conselho Tutelar; Virgínia Valente, representando a Secretaria de Educação e Cultura; a Assistente Social do CRAS e Coordenadora Miriam Carvalho e por último o vereador Fernando Costa. Leneize continuou explicando sobre a realização da Audiência e elogiando a presença do público, ressaltou a ausência justa da senhora Kelly Rosane Oliveira, deixando claro sua importante colaboração na elaboração do Plano. O primeiro oportunizado a estar falando foi o senhor

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

Esdrásio, este começou saudando a todos e
enfatizando a importância do evento, que
trata de um cuidado especial para as crian-
ças elaborando para estas, melhores condi-
ções e aptidões afim de diminuir o grau de
violência, ressaltou que este grau em alto
índice se dá pela ausência de, futuramente,
da realização de Audiências como estas, dis-
se ainda que não trata-se de realizar o
Plano apenas como cumprimento de uma
ordem judicial, mas como um compromisso
com a solidariedade e com o amor
ao próximo, para que tenhamos um futu-
ro melhor e terminou dizendo que o inte-
resse comum deve estar sempre acima do pa-
ssado, das diferenças e tendo pela
aprovação. Valdeuira Reis, pediu a moni-
tória do público, pedindo a estes que não di-
scutam de sapebo suas ideias próprias e
inquietações diante do que fosse apresentado.
Maria Neuza também pediu a elaboração
de todas tirando dúvidas e fazendo perguntas
para aprovação de um Plano já bem elaborado
com a presença Maria da Conceição, falou
um pouco das atribuições do Conselho Tutelar,
pedindo um olhar diferenciado por parte do
Poder Público para os conselheiros enten-
do o importante papel destes profissionais na
sociedade, ressaltou que acima de qualquer
coisa estão as famílias, sendo destas a maior
responsabilidade sobre nossas crianças e adoles-
centes, terminando dizendo que estas deverão
se atentar na educação de seus filhos dizendo
do claro que o Plano deve ser apenas um com-

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

30

plimento para a sociedade. Dra. Lúcia Anceia elogiou as palavras de beneção e complementou dizendo que a família e a célula, também demonstram insatisfação com o número de participantes da comunidade, uma vez que a responsabilidade é de todos e para que algo diferente e necessário a presença destes, somente com a participação de todos as coisas darão certo. O vereador Fernando Poria se colocou à disposição da comunidade para cooperar na melhoria das necessidades das crianças e adolescentes, um público com o qual ele trabalha a um bom tempo. Por que tal diferente da Dra. Lúcia se mostrou satisfeito com o quantitativo de participantes da comunidade, mas obviamente concordou que seu desejo é ver um número bem maior nas próximas reuniões, o que de fato mostra a importância que a comunidade (mostra) dá ao assunto com estes bençãos dizendo estar muito feliz em mais uma importante elaboração em prol de melhorias para as crianças e adolescentes do nosso município. Por fim para desfazerem a mesa e convidar a senhora (Atleta) Anete M. da Silva a estar apresentando o Edital de convocação do Plano. Silvana Silva assistente social da Secretaria de Assistência Social deu início a apresentação do Plano dizendo que é necessário pensar no ontem, na prevenção, visando diminuir os atos infracionais e sobretudo garantir a ressignificação na vida daqueles que já cometeram algum ato infracional. Dando início à apresentação de slides, Silvana começou explicando o que é uma Audiência Pública e para que serve, e o que seria um Plano Sociopedagógico bem como a lei que o institui. Esclareceu que fazemos parte

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

em município de forte I e por isso ressaltou que a elaboração do Plano foi pensada e embasada por sugestões com características de prevenção, justamente por conta da dimensão do nosso município que conta apenas com o CREAS, órgão que não possui as atribuições e serviços destinados ao CREAS, mas que ainda assim tenta somar as necessidades que há por conta da ausência de um CREAS. Apresentou também sobre a SIVASSE que regulamenta a execução de medidas socioeducativas. Silvana convocou a Dra. Lúcia à estar falando sobre o Ato infracional, dando ênfase ao que diz no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e assim foi feita Dra. Lúcia explicou sobre a lei 8.069/1990 considerando seus artigos 103 ao 105. Silvana falou da importância de ajudar o outro, a entender suas aflições antes de julgar, enaltecendo a importância de não marginalizar o infrator, mas antes de tudo dá-lo chances para melhorar o seu comportamento. Falou aos diretores do município neste processo bem como os diretores do CMDCA. Apresentou a comissão que elaborou na época a elaboração do Plano e a comissão que ficaria responsável por finalizar a execução deste, caso fosse aprovado. Tendo feito isso Silvana fez a apresentação do Planejamento aos Apsis por meio de Trabalho, Compensando os objetivos, as ações e os prazos bem como os responsáveis pela execução de tais ações de cada eixo sendo respectivamente: Assistência Social, apresentado e aprovado por unanimidade; Saúde, apresentado e aprovado

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

31
for unanimidade; Educação e Cultura, apresentado e aprovado por unanimidade; Esporte e Lazer, apresentado e aprovado por unanimidade, por fim Desenvolvimento agrícola e Econômico, apresentado e aprovado por unanimidade. Após apresentação Silvana abriu espaço para inquietações pessoais que podem elaborar com o que houve no apresentado. O vice-prefeito com a palavra disse não ter dúvidas, apenas queria se colocar à disposição da execução de um Plano que ele estava inteiramente de acordo e que já havia lido quando lhes foi disponibilizado, afirmou que as "armas estão aí" faltando apenas se colocadas em prática. A diretora do Colegio Municipal Nossa Senhora D'África, não apresentou ao Plano, contudo fez um questionamento dando a entender que tais discussões eram falaciosas, que estão apenas no papel no qual não se variam. Silvana rebateu e explicou dizendo da importância de aprovarmos um momento como este para nos unirmos para que tudo vá bem e dê certo. Gabriel Ernesto Faleetta representando a Secretaria de Desenvolvimento Agrícola, emocionado complementou dizendo da importância desta união de lembrar do nosso vizinho, entender suas aflições e ajudá-lo, entender que tão somente e unicamente colocar o Plano em prática independente de em que Gestão ele foi elaborado, visando apenas o que nele está escrito e executar. Líderes de capoeira perguntaram se este esporte também estaria inserido no eixo de Esporte e Lazer, vez que quando se pensa em esporte não se lembra do futebol, pedindo

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

um pouco mais dos outros para este esporte que também é cultura e é lazer. Representantes da Secretaria de Esportes, Jadirson Santos e o Coordenador Danilo Santa esclareceram que a Capoeira está sim inserida no planejamento. Como sempre está inserida nos planos e projetos da Secretaria, porque a Capoeira jamais esteve fora do olhar do poder público, principalmente para Danilo, que falou indignado com uma sociedade que infelizmente ainda está cheia de indivíduos preconceituosos e racistas, enaltecendo a importância de respostas o outro bem como suas práticas religiosas e sexuais. Como no seu caso autodeclarado gay e do condomê. A assistente social Nínona Carvalho continuou dizendo da importância da família na educação de seus filhos ensinando-os a respeitar o outro. Quanto a isso o Pastor Bláudio falou da Injeção de valores que tem atingido as famílias e que tem desestruturado muito delas. O Pastor nos alertou pedindo para olhar mais para esta situação. O senhor Roque Telles flebrou a Audiência dizendo que o Plano iria seguir para a Câmara de Vereadores para que fosse analisado afim de torná-lo lei. Portanto o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo foi aprovado por todos os presentes, sendo assim e nada mais havendo a declarar finalizo esta Ata que vai assinada por mim e demais elaboradores. Gustavo da Cruz Albuquerque. Eugénia Lucia Gonçalves Espente, Maria Rêza Santos Souza, Arlete Maria Santos de Jesus. *[Assinatura]* Silvana Gonçalves. *[Assinatura]* OAB/BA.6612, Marilene dos S. dos Anjos e o. Res.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

32
Reneize Adine dos S. Santiago, Maria da Conceição Cruz Gomes,
Rosemaria de Silva Elzida Lima

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**6. ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMDCA PARA APROVAÇÃO DO
PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO.**

